

Mais recursos para a saúde

A Frente Parlamentar da Saúde e todas as entidades representativas do setor, incluindo o CFM e o Conselho do Paraná, estiveram representadas no ato público em Brasília, que defende mais recursos para financiamento do SUS e, também, a regulamentação da Emenda Constitucional 29. Se aplicado corretamente o percentual constitucional das esferas de governo, o orçamento anual chegaria a R\$ 70 bilhões, quase o dobro do que é destinado atualmente. **Páginas 12 e 13**



J O R N A L D O

CRM PR

*Informativo do Conselho Regional
de Medicina do Paraná*

Ano IX • N.º 70

Novembro e Dezembro / 2005

www.crmpr.org.br

e-mail: jornal@crmpr.org.br

Endereço para devolução:

Rua Victório Viezzer, 84. Vista Alegre. Curitiba-PR.
80810-340

Receptividade com experiência de avaliação de novos médicos

O Conselho do Paraná promoveu debate sobre a avaliação dos egressos das escolas médicas, tendo em destaque a experiência em curso em São Paulo, onde a primeira etapa teve mil participantes. Os palestrantes convidados foram os Prof. Bráulio Luna Filho e Isac Jorge Filho (parte inferior), conselheiros do Cremesp e coordenadores do exame, que tem caráter voluntário. Tal qual com os formandos de São Paulo, a receptividade foi positiva entre os participantes do debate, o que estimula o CRM-PR a planejar um modelo semelhante para 2006. Sugestões serão bem-vindas. **Páginas 8 e 9**



Exemplos à profissão



Na tradicional solenidade do Dia do Médico, no auditório do CRM-PR, a homenagem àqueles que completaram 50 anos de atividades e que são exemplos à profissão. **Páginas 6 e 7**

Hora de revigorar energias pela qualidade e dignidade da profissão

Chegamos ao fim de 2005. Um período marcado por grandes dificuldades para o exercício da atividade médica, mas também com os seus “lameijos positivos”. Continuamos a aprender e a arregimentar forças, confiantes na superação dos desafios que se multiplicam. Estamos presentes em várias frentes de lutas, em sua quase totalidade voltadas aos preceitos hipocráticos da profissão e ao conjunto de normas éticas presentes em nosso Código. Neste aspecto, exaltamos os princípios fundamentais, que conjugam a prática de uma Medicina condigna em prol da saúde do ser humano e da coletividade e, ao mesmo tempo, as condições de trabalho e valorização profissional.

Ensino de qualidade, educação continuada, implantação da Classificação Hierarquizada na saúde suplementar, regulamentação de competências médicas,

plano de carreira no sistema público, financiamento do SUS, interiorização do médico... Não é lista para o Papai Noel, mas a relação pleitos é real e vai muito mais longe. E neste contexto associamos as muitas atividades do Conselho voltadas a melhor atender os médicos paranaenses, sendo exemplos a criação de mais duas Delegacias Regionais e a ampliação de serviços e sedes de outras, como a de Cascavel, que ganhou moderno auditório para benefício dos médicos da região.

Estamos conscientes das dificuldades que nos esperam em 2006, mais um ano político por sinal. Contudo, o espírito de luta e união que absorve a classe médica e seus componentes elevam as nossas esperanças.

Assim, neste momento de festejos natalinos, onde a vontade, a temperança, o amor próprio e a fraternidade entre todos nós se realça, temos de acreditar que, no

próximo ano, conseguiremos revigorar nossa energia e alcançar os nossos objetivos, sempre com atuação voltada à dignidade e à qualidade do exercício da profissão.

Que o Senhor, com a sua bondade, proteja a população deste País, tão aviltada e desvalorizada pelos eventos políticos recentes.

Que tenhamos pudor e respeito nas nossas condutas. Que os médicos paranaenses, que ao longo desse período têm lutado com destemor e com afirmação maior no seu desejo de atender e mitigar a dor do próximo, tenha Paz, Saúde e Felicidade com os seus familiares e colegas.

Desejamos a todos um Feliz Natal alegre, fraterno e festivo e que 2006 seja marcado por grandes realizações individuais e coletivas.

Cons. Hélcio Bertolozzi Soares,
presidente do CRM PR

Mobilização em defesa do Ato Médico

O Projeto de Lei Substitutivo n.º 25/02, com alterações propostas pela senadora Lúcia Vânia, ainda não tem data definida para entrar na pauta de votação do Congresso. Deste modo, continua ativa a mobilização da classe médica para coleta de assinaturas no abaixo-assinado em defesa da regulamentação das competências médicas. Em 17 de novembro, a Comissão Nacional em Defesa do Ato Médico, composta por representantes do CFM, AMB e Fenam, esteve reunida na sede do Conselho, em Brasília. Em pauta, o balanço das ações deste ano e o planejamento para 2006, quando se espera um desfecho positivo à proposta.

O PLS está atualmente na Comissão de Assuntos Sociais, do Senado Federal. Em outubro, a CAS promoveu a 20.ª reunião sobre a questão do ato médico, desde que a senadora Lúcia Vânia assumiu a relatoria, em julho de 2004. No período, mais de 750 convidados foram ouvidos, entre médicos,

profissionais da saúde e juristas. O encontro envolveu representantes do movimento contrário à aprovação da proposta. Uma próxima reunião deve juntar as duas correntes, para um debate público. A senadora afirma que será imparcial no projeto, “buscando o consenso entre todas as áreas para privilegiar acima de tudo o cidadão e, em seguida, as diversas categorias envolvidas”.

Sabedores da importância da regulamentação da profissão médica, o Conselho de Medicina do Paraná insiste para o envolvimento dos médicos no movimento. Deste modo, requer o empenho dos profissionais para conseguir o maior número possível de assinaturas da sociedade para hipotecar apoio ao Projeto de Lei. A íntegra da proposta e o formulário de abaixo-assinado estão disponíveis no site do Conselho (www.crmpr.org.br). Após seu preenchimento, envie para as delegacias ou sede do CRM PR.

Edição da CBHPM

A versão eletrônica da quarta edição da CBHPM, lançada no segundo semestre, está disponível no site do Conselho (www.crmpr.org.br).

expediente



Jornal do Conselho Regional de Medicina do Paraná

Conselho Editorial: Hélcio Bertolozzi Soares (coordenador), Donizetti D. Giamberardino Filho, Luiz S. Emed, Gerson Z. Martins, Ehrenfried O. Wittig, João Manuel C. Martins e Hernani Vieira.

Diretoria

Presidente: Cons. Hélcio Bertolozzi Soares / **Vice-Presidente:** Cons. Gerson Zafalon Martins / **Secretário-Geral:** Cons. Donizetti Dimer Giamberardino Filho / **1.º Secretário:** Cons. Miguel Ibraim Abboud Hanna Sobrinho / **2.º Secretário:** Cons. Luiz Sallim Emed / **Tesoureiro:** Cons. Carlos Roberto Goytacaz Rocha / **Tesoureiro-Adjunto:** Cons.ª Ewalda Von Rosen Seeling Stahlke / **Corregedor:** Cons.ª Raquela Rotta Burkiewicz / **Corregedor-Adjunto:** Cons. Zacarias Alves de Souza Filho.

Conselheiros Gestão 2003/2008

Alexandre Gustavo Bley, Antonio Techy, Carlos Edmundo Rodrigues Fontes, Carlos Ehlke Braga Filho, Carlos Puppi Buseti Mori, Carlos Roberto Goytacaz Rocha, Célia Inês Burgardt, Donizetti Dimer Giamberardino Filho, Edgard Luiz Westphalen, Ewalda Von Rosen Seeling Stahlke, Fernando Meyer, Gerson Zafalon Martins, Hélcio Bertolozzi Soares, Hélio Delle Donne Júnior, Joachim Graf, José Luís de Oliveira Camargo, Kemel Jorge Chammas, Lúcia Helena Coutinho dos Santos, Luiz Antonio de Melo Costa, Luiz Ernesto Pujol, Luiz Sallim Emed, Marcelo da Silva Kaminski, Marco Antonio do Socorro M. Ribeiro Bessa, Marcos Flávio Gomes Montenegro, Marília Cristina Milano Campos, Mário Stival, Marta Vaz Dias de Souza Boger, Mauri José Piazza, Maurício Marcondes Ribas, Miguel Ibraim Abboud Hanna Sobrinho, Monica de Biase Wright Kastrop, Paulo Roberto Mussi, Raquela Rotta Burkiewicz, Roberto Bastos da Serra Freire, Romeu Bertol, Roseni Teresinha Florencio, Sérgio Maciel Molteni, Sérgio Ossamu Ioshii, Wadir Rúpulo (falecido), Wanderley Silva, Wilmar Mendonça Guimarães e Zacarias Alves de Souza Filho.

Membros Natos

Dr. Dulton de Paola, Dr. Farid Sabbag, Dr. Luiz Carlos Sobania, Luiz Sallim Emed e Donizetti Dimer Giamberardino Filho

Consultor Jurídico: Antonio Celso Cavalcanti de Albuquerque

Assessores Jurídicos: Afonso Proença Branco Filho e Martim Afonso Palma

Médicos Fiscais: Dr. Elísio Lopes Rodrigues e Dr. Paulo César Aranda

Sede – Curitiba / Regionais da Saúde Estadual: Curitiba / Curitiba Norte / Curitiba Sul / Paranaguá
Rua Victório Viezzer, 84, bairro Vista Alegre / 80810-340 - Curitiba - PR / Fone: (0xx41) 3240-4000 / Fax: (0xx41) 3240-4001 - e-mail: crmpr@crmpr.org.br

Delegacia Regional de Apucarana

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 510 - sala 502 / Edifício Palácio do Comércio - Centro / 86800-720 - Apucarana-PR / Fone: (0xx43) 3424-1417 / e-mail: apucarana@crmpr.org.br

Diretor Regional Dr. José Marcos Lavrador

Delegacia Regional de Campo Mourão

Av. Capitão Índio Bandeira, 1400 sala 412 - Centro / 87300-000 - Campo Mourão-PR / Fone/fax: (44) 3525-1048 / e-mail: campomourao@crmpr.org.br

Diretor Regional: Dr. Manuel da Conceição Gameiro

Delegacia Regional de Cascavel

Rua Senador Souza Naves, 3983 - sala 705 / Edifício Comercial Lince - Centro / 85801-250 - Cascavel-PR / Fone/fax: (45) 3222-2263 / e-mail: cascavel@crmpr.org.br

Diretor Regional: Dr. Keith de Jesus Fontes

Delegacia Regional de Foz do Iguaçu

Rua Almirante Barroso, 1293 - sala 604 / Cond. Centro Empr. Pedro Basso / 85851-010 - Foz do Iguaçu - PR / Fone/fax: (45) 3572-4770 / e-mail: fozdoiguacu@crmpr.org.br

Diretor Regional: Dr. Isidoro Antonio Villamayor Alvarez

Delegacia Regional de Guarapuava

Rua Barão do Rio Branco, 779, sala 07 - Centro / 85.010-040 - Guarapuava-PR / Fone/fax: (42) 3623-7699 / e-mail: arletegp@hotmail.com

Diretor Regional: Dr. Wagner Novaes Carneiro

Delegacia Regional de Londrina

Av. Higienópolis, 32 sala 1403 / Cond. Empr. Newton Câmara / 86020-040 - Londrina-PR / Fone: (43) 3321-4961 / Fax: 3339-5347 / e-mail: londrina@crmpr.org.br ou ldcrmpr@sercomtel.com.br

Diretor Regional: Dr. Marcos Menezes Freitas de Campos

Delegacia Regional de Maringá

Ruas das Azaléias, 209 / 87060-040 - Maringá-PR / Fone/fax: (44) 3224-4329/3262-8462 / e-mail: maringa@crmpr.org.br

Diretor Regional: Dr. Kemel Jorge Chammas

Delegacia Regional de Paranavaí

Av. Rio Grande do Norte, 930, sobreloja 104 / 87701-020 / Paranavaí - PR / Fone/Fax: (44) 3423-3513 / e-mail: paranavai@crmpr.org.br

Diretor Regional: Dr. Luís Francisco Costa

Delegacia Regional de Pato Branco

Rua Ibioporã, 333, sala 401 - Centro / 85501-280 / Fone/fax: (46) 3225-4352 / e-mail: pbcrmpr@onda.com.br

Diretor Regional: Dr. João Schemberk Junior

Delegacia Regional de Ponta Grossa

Rua XV de Novembro, 512 sala 76 - Centro / 84010-020 - Ponta Grossa-PR / Fone/fax: (42) 3224-5292 / e-mail: pontagrossa@crmpr.org.br

Diretor Regional: Dr. Luiz Jacinto Siqueira

Delegacia Regional de Santo Antônio da Platina

Rua Rui Barbosa, 567 - salas 201 e 203 / 86430-000 - Umuarama-PR / Fone/fax: (43) 3534-5455 / e-mail: santoantonio@crmpr.org.br

Diretor Regional: Dr. Júlio de Jesus Gonçalves de Arruda

Delegacia Regional de Toledo

Rua Santos Dumont, 2705 - Centro / 85900-010 - Toledo-PR / Fone/fax: (45) 3252-3174 / e-mail: toledo@crmpr.org.br

Diretor Regional: Dr. José Afrânio Davidoff Junior

Delegacia Regional de Umuarama

Praça da Bíblia, 3336 - sala 302 / Edifício Cemed - Zona 01 / 87501-670 - Umuarama-PR / Fone/fax: (44) 3622-1160 / e-mail: umcprmpr@onda.org.br

Diretor Regional: Dr. João Jorge Helló

Delegacia Regional de Fronteira de Porto União/União da Vitória

Rua Prudente De Moraes, 300 - 89400-000-Porto União-SC / Fone: (0xx42) 523-1844 - Fax: (42) 522-0936

Delegado Regional do Cremesc: Dr. Ayrton Rodrigues Martins

Delegacia Regional de Fronteira de Mafra/ Rio Negro

Rua Nicolau Bley Neto, 100 - 83880-000 - Rio Negro - PR / Fone/Fax: (47) 643-6140 / e-mail: rionegro@crmpr.org.br

Diretor Regional: Dr. Jacy Gomes

Jornalista responsável: Hernani Vieira - Mtb 993/06/98V-PR / **Assistente editorial:** Priscila P. J. Naufel / **Fotos:** Joel Cerizza e Miro Matiak / **Editoração:** Upper Comunicação (41) 3024-0674 / **CTP e Impressão:** Serzegraf / **Tiragem:** 20.000 exemplares.

Código 7 e os honorários médicos

O Conselho Regional de Medicina do Paraná e a Federação das Misericórdias (Femipa) firmaram apoio oficial à ação que está sendo impetrada pela Federação dos Hospitais (Fehospar), na esfera da Justiça Federal, contra os atos que determinaram a mudança da sistemática no processamento da produção hospitalar no Sistema Único de Saúde (SIH/SUS). A substituição do chamado Código 7 pelo 45 fez com que os pagamentos relativos a honorários médicos, prestados de forma autônoma, fossem incluídos na fatura dos estabelecimentos hospitalares, gerando tributação adicional e um ônus próximo de R\$ 2 milhões por mês para os prestadores de serviços.

A medida judicial visa contestar os efeitos da Portaria SAS/MS 158/04 e as resoluções estadual e municipal (de Curitiba) que levaram à mudança de código, ainda no primeiro semestre. Todas as tentativas negociadas foram infrutíferas, inclusive a consulta feita aos Ministérios da Previdência e da Saúde, para que respondessem de forma clara uma série de questionamentos feitos pela rede conveniada ao SUS. Uma delas está associada à Portaria MS n.º 1.286, que reconhece a prestação do serviço autônomo na estrutura hospitalar.

Os hospitais queixam-se de efeitos que vão da criação de vínculo empregatício e ações de responsabilidade civil e criminal às cobranças fiscais e tributárias. De imediato, o problema tem gerado conflitos entre o corpo clínico e o hospital, além de elevar os riscos de desassistência, considerando que muitos médicos estão desistindo de continuar prestando os serviços, pois os valores pagos pelo SUS estão há muito tempo defasados e com a sistemática há perdas mínimas de 20%. A busca de amparo na Justiça, com efeito de liminar, já

encontrou precedente em Minas Gerais e é uma forma de proteger os prestadores de serviços de ações administrativas tributárias por parte do Poder Público.

Na relação entre hospitais e médicos, têm sido díspares as condutas no que se refere ao recolhimento de impostos e tributos e o desconto feito ao médico. Isso decorre exatamente das confusas orientações a respeito. Além da alternativa judicial, há grande expectativa com o encaminhamento de propostas legislativas, como o Projeto de Lei Complementar n.º 210/04, que modifica o Estatuto das Micro e Pequenas Empresas. A fixação de regime especial de tributação, que alcança até mesmo a Previdência Social, pode ser o mecanismo necessário para dissolver de vez o impasse, corrigindo a distorção estabelecida e que é nociva ao médico que realiza suas atividades em estabelecimentos cadastrados no CNES.

Curso de Aperfeiçoamento em Clínica Médica

O I Curso de Aperfeiçoamento em Clínica Médica – 2006 será realizado a partir de março. Ao todo serão oito módulos, com conclusão em outubro de 2006. Dois dos módulos estarão integrados às atividades do VIII Congresso Paranaense de Clínica Médica e também do V Congresso Paranaense de Medicina de Urgência, que ocorrerá de 25 a 27 de maio. O curso é preparatório ao concurso de título de especialista em Clínica Médica e Medicina de Urgência, ao concurso de residência médica e concursos públicos, além de aperfeiçoamento ou recertificação dos títulos de especialista em Clínica Médica e Medicina de Urgência.

A realização é da Sociedade Brasileira de Clínica Médica/Regional do Paraná, com os trabalhos sendo desenvolvidos na sala 1 da Associação Médica do Paraná. A coordenação acadêmica é dos Prof. César Alfredo Pusch Kubiak, Clóvis Arns da Cunha, Heitor João Lagos, Jaime Luís Lopes Rocha, João Carlos Gonçalves Baracho, Luis Antônio da Silva Sá, Maria Betânia Beppler, Miguel Ibrahim Aboud Hanna Sobrinho e Thelma Larocca Skare. O curso é dirigido a

clínicos, generalistas, emergencistas, médicos da família, residentes, doutourandos e recertificandos a títulos de especialistas.

Serão módulos mensais com carga horária de 12 a 14 horas/aula, às sextas-feiras e sábados. O primeiro módulo, de Cardiologia Clínica e Neurologia Clínica, vai ocorrer nos dias 17 e 18 de março. O segundo, de Reumatologia e Gastroenterologia, dias 21 e 22 de abril. Durante o Congresso Paranaense de Clínica Médica, em maio, estarão em destaque: “Como eu trato” e “Medicina ambulatorial – abordagens diagnósticas e terapêuticas”. Em junho, dias 23 e 24, haverá módulo sobre Pneumologia Clínica e Infectologia. Na sequência haverá os módulos de Endocrinologia, Psiquiatria Clínica e Ética Médica, dias 18 e 19 de agosto; de Emergências Clínicas e Nefrologia, 22 e 23 de setembro; e Onco e Hematologia, em 27 e 28 de outubro. As datas são passíveis de mudança, assim como a sequência dos módulos. Serão somente 150 vagas.

Informações podem ser obtidas no site da Sociedade (www.sbcmpr.com.br), por e-mail (prime@sbcmpr.com.br) ou pelo (41) 3343-1451.



"Dai-me, Senhor, a perseverança das ondas do mar, que fazem de cada recuo um ponto de partida para um novo avanço."

Cecília Meireles (1901/1964)

Sistema Unimed fecha o ano com ensaio de adoção da CBHPM

O esforço empreendido pela classe médica ao longo de 2005 oferece uma melhor perspectiva para que a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos seja consolidada na esfera da saúde suplementar no decorrer do próximo ano. A análise é de Hécio Bertolozzi Soares, presidente do Conselho Regional de Medicina do Paraná e que até o primeiro semestre deste ano esteve à frente da Comissão Estadual de Honorários Médicos. Embora o prazo para a contratualização tenha expirado em 8 de novembro, sem que grande número de operadoras tenha formalizado sua relação de contratação dos serviços médicos, o presidente do CRMPR acredita que a postura mais rígida já acenada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a partir de dezembro, tende a restaurar as negociações com os setores que se apresentam mais reticentes.

Hécio Bertolozzi Soares diz que um dos alicerces para referenciar a CBHPM na assistência supletiva está na aprovação do PL n.º 3.466/04, ainda na iminência de ser levado ao Plenário do Legislativo. Devido ao acúmulo de pautas neste final de ano, é possível que o projeto de lei, de autoria do deputado Inocêncio Oliveira, seja apreciado somente no primeiro semestre de 2006, o que, de modo algum, deve fazer encolher o movimento médico. O dirigente lembra que a base ética para adoção do rol de procedimentos já está estruturada em Resoluções do CFM e do Conselho de Medicina do Paraná e que esse é um fator relevante na conduta dos responsáveis médicos das empresas operadoras.

O grupo Unidas/Assepas já acolheu a Classificação na maioria das empresas de autogestão no

Paraná. Embora as negociações não tenham alcançado um estágio considerado ideal pelas entidades médicas, o segmento vai romper o ano aplicando o valor de R\$ 42,00 para consulta, além de aplicar correções sobre portes e SADT. Por outro lado, as seguradoras e as operadoras de medicina de grupo, no Paraná representadas pela Abramge/Sinamge, não têm demonstrado a mesma disposição que em outros Estados para avançar nas negociações.

A Unimed Curitiba implantou a partir de 1.º de novembro o valor mínimo da consulta estabelecido na CBHPM (R\$ 33,60), conforme anúncio feito pela Diretoria em 27 de outubro, durante o jantar de confraternização e de encerramento das atividades do OutubroMed, realizado no Clube Curitibano. Na ocasião, diretores da Unimed ressaltaram aos representantes do Conselho de Medicina do Paraná - o presidente Hécio Bertolozzi Soares e os conselheiros Raquel Rotta Burkiewicz, Luiz Sallim Emed, Donizetti Giamberardino Filho, Sérgio Ioshii, Carlos Roberto Goytacaz Rocha e Marcos Flávio Gomes Montenegro - a disposição de superar etapas para a instituição da Classificação. Contudo, não foi fixada nenhuma data.

A Federação das Unimed implantou a CBHPM, a partir de 1.º de dezembro, em regime de intercâmbio em todas as suas 22 singulares no Paraná, que contam com 8 mil cooperados. O compromisso foi assumido em 6 de novembro pela Diretoria da Federação, em evento que reuniu representantes das entidades médicas e Comissão Estadual de Honorários. O presidente da Federação, Luiz Carlos Palmquist, garantiu na ocasião que o sistema cooperativo sempre esteve apoiando as entidades médicas pela

implantação da Classificação e da valorização profissional. Argumentou, ainda, que o rol de procedimentos só não tinha sido acolhido até agora devido a dificuldades operacionais. O valor da consulta foi estabelecido a partir do patamar de intercâmbio (R\$ 33,60), mas várias das singulares praticam valores superiores, de acordo com suas realidades.

Análise do presidente

Na avaliação do presidente do CRMPR, Hécio Bertolozzi Soares, o valor de R\$ 33,60 para consulta já poderia ter sido alcançado há muito tempo. "Aliás, há dois anos a Classificação Hierarquizada de Procedimentos Médicos já poderia ter sido implantada. A Comissão Estadual de Honorários Médicos, na qual estivemos presidindo, propôs por várias vezes que se adotasse a CBHPM. Com a adaptação de valores pagos pela Unimed a esse período, preestimamos que o impacto não repercutiria de forma a expor a administração a riscos de eventual saldo negativo. Em outubro de 2005, portanto dois anos depois, em reunião junto à Federação, apresentou-se o impacto da implantação da Classificação plena. Nesse momento, o impacto não chegava a 50% comparativamente com o que se paga", diz Hécio Soares.

Entende o presidente do Conselho que, implantando a CBHPM dentro da cooperativa que se utiliza do pro-rata, a abertura da contabilidade mostraria de fato aonde estão os desmandos, "permitindo a todos nós, médicos cooperados, modificações drásticas no comportamento de eventuais transgressores médicos e também do próprio segmento administrativo da Unimed". Ainda de acordo com Hécio Bertolozzi Soares, as entidades médicas não podem, de

nenhuma forma, serem rotuladas como não contribuintes à proteção do cooperativismo médico.

"A visão que temos é que as cooperativas devam ser tratadas de forma diversa do segmento da Abramge e das seguradoras, pois, estas, não merecem - por parte dos médicos - conivência da sua postura visando meramente o lucro e a especulação. Todavia, não é possível se admitir que o reconhecimento de boa administração, sob o prisma puramente contábil, tenha levado os médicos a um sufoco financeiro sem precedentes. Esperamos que, ainda nessa administração da Unimed, consigamos adotar a CBHPM de forma a permitir que os médicos tenham sustentação ideal quanto ao exercício da sua atividade, sempre em benefício do paciente", reforça o presidente do CRM.

Hécio Soares interpreta que, embora sem uma evolução totalmente satisfatória, o grupo Unidas chega em 1.º de janeiro de 2006 com valor de consulta de R\$ 42,00, com correção sobre portes e SADT onde tenham diretamente a participação do médico das áreas de radiologia, patologia e fisioterapia. - O índice de correção para os 18 meses deve ser estabelecido pela Comissão Estadual. "Entendemos que, no atual momento, avançamos não em valores considerados ideais, porém, a estratégia de correção anual vem trazer tranquilidade aos médicos, para melhor exercício de suas funções. A participação eventual de câmaras técnicas junto a essas entidades deve comparar a segurança e a transparência do fazer médico, respaldado pelos protocolos - exemplificado pelo Projeto Diretrizes - que terão a função de escudo e proteção do determinismo das ações dos profissionais", finaliza o presidente do Conselho.



Hécio Bertolozzi Soares,
presidente da CRMPR.

Eleições na Unimed Curitiba

O CRMPR vai manter a sua imparcialidade nas futuras eleições da Diretoria Executiva da Unimed Curitiba, que vai ocorrer em 2006. Contudo, pretende atuar de forma incisiva para que os cooperados e também os demais médicos tenham amplo acesso às informações sobre o pleito e às propostas de trabalho das chapas concorrentes. O presidente do Conselho, Hécio Bertolozzi Soares, manifesta a disposição de realizar, ainda no primeiro bimestre do próximo ano, debates com os grupos postulantes. Numa primeira etapa, diz, cada chapa apresentaria suas propostas de forma individual, em datas estabelecidas por sorteio. Na seqüência, seria realizado com CRM/AMP um debate entre todos os candidatos. "O Conselho de Medicina vai atuar de forma imparcial, democrática e transparente nessas eleições. Contudo, que fique bem claro que essa discussão passa, necessariamente, pelo entendimento do exercício cooperativista junto com a Sociedade Médica", ressalta Hécio Bertolozzi Soares.

Unimed acolhe Classificação no sistema nacional de intercâmbio

Em nota oficial emitida em 1.º de dezembro, a Unimed do Brasil confirmou a implantação, a partir daquela data, da CBHPM em todo o seu sistema nacional de intercâmbio. Cumpriu, assim, a promessa que havia sido feita em maio à Comissão Nacional para Implantação da CBHPM, em reunião realizada na sede da AMB, em São Paulo.

“A partir de dezembro, o intercâmbio nacional passa a adotar o novo Rol de Procedimentos Médicos Unimed atualizado com base na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos, tanto para a liberação de atendimento (contrato assistencial, saúde ocupacional e acidente do trabalho) como para a cobrança”, diz a nota.

O prazo de implantação seguiu a deliberação do Conselho Confederativo da Unimed do Brasil e a orientação extraída da última reunião do Comitê Nacional de Integração (Conai). A expectativa é que, como um grande número de singulares já adotou localmente a classificação, elas terão mais facilidade para se adequar às regras a partir de agora.

No final de novembro, a Área de Intercâmbio da Unimed do Brasil havia encaminhado a edição do boletim *Mais Informações* a todas as cooperativas, com as orientações sobre como proceder durante o processo de implantação. Nela estão destacadas algumas normas regulamentadoras da versão antiga do Manual Intercâmbio Nacional, que precisam ser alteradas imediatamente. O novo Manual, que entrará em vigor após a aprovação pelo Fórum Nacional Unimed, contemplará estas alterações e as adequações que forem necessárias.

“Uma mudança desta magnitude certamente traz dificuldades em sua implementação. No entanto, com a união, empenho, tolerância e vontade de todos, serão superadas”, manifestou-se o diretor de Integração Cooperativista e responsável pela área de Intercâmbio da Unimed do Brasil, João Caetano.

Temas de relevância no encontro Sul/Sudeste

Assuntos de grande relevância para a classe médica e também para a sociedade foram colocados em debate no XIX Encontro dos Conselhos de Medicina Sul/Sudeste, realizado de 3 e 5 de novembro. A coordenação dos trabalhos coube ao Cremesp, contando com a participação de representantes dos Conselhos do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais.

A abertura indiscriminada de escolas médicas e as conseqüências ao setor de saúde e à vida dos pacientes, assim como as grades curriculares e a qualidade e falta de vagas na residência médica, estiveram entre os temas em destaque. Mercado de trabalho, relação com operadoras, Classificação Hierarquizada e o PCCS/SUS (Plano de Carreira, Cargos e Salários) mereceram atenção especial. Os debates incluíram ainda ato médico, transplante de órgãos, pacientes terminais e outras questões ligadas à bioética, legislação dos Conselhos e relação dos médicos com a sociedade e os meios de comunicação.

O ensino médico na graduação ocupou grande parte dos debates. Um dos palestrantes foi o Dr. Fausto Edmundo Lima Pereira, que discorreu sobre a necessidade de mudanças curriculares. Dentre as propostas apresentadas está a de inclusão de discussões sobre direito médico e administração em saúde. O Dr. Francisco Albanese Filho falou sobre avaliação, sem deixar de destacar que de 2000 para cá o MEC tinha credenciado 51 escolas médicas. Com isso, contabiliza 147 cursos, sendo 68 no Sudeste e 25 no Sul, onde a maioria é privada. Lembrou que a Lei n.º 10.861, de 2004, deveria instituir as avaliações institucional interna e externa, de curso e dos alunos, mas que muitas dificuldades vêm sendo detectadas. Durante o debate, foi mencionada a proposta do MEC de, em quatro anos, tornar o ENADE extensivo e não mais por amostragem.

O tema da avaliação externa de qualidade ganhou ênfase pela realização de exame voluntário, por adesão, e que reuniu mais de mil alunos do 6.º ano. A



Encontro no Cremesp: Rogério Amoretti, Diogo Leite Sampaio, Antonio Gonçalves Pinheiro, Paulo César Geraldês, Donizetti Giamberardino Filho e Marta Rinaldi Muller.

exposição do projeto coube ao seu coordenador, Prof. Bráulio Luna Filho, e ao presidente do Cremesp, Isac Filho. Ao comentar sobre a Revalidação de Diploma de Estrangeiro, o Dr. Antonio Carlos Lopes diz que o reconhecimento automático está descartado, inclusive para a questão de Cuba, e que está praticamente pronta portaria do MEC normatizando o procedimento para revalidação em âmbito nacional. Com isso, somente as instituições públicas poderão fazê-lo, prova em dia único de conteúdos teóricos e prático e nota 5.0 para aprovação. Reafirma, ainda, que médico graduado por universidade estrangeira não pode fazer estágio em instituição do Brasil.

Diogo Leite Sampaio, presidente da Associação Nacional dos Médicos Residentes, falou sobre as dificuldades de acesso à residência e que o número real de vagas é menor que a relação do número de credenciados, além de estar havendo aumento do número de médicos formados com o aumento das escalas médicas. Expôs dúvidas sobre a situação dos médicos residentes frente à Resolução do CFM 1772/05 e, sobre os Coremes, entende que a falta de atuação, associada à ausência de regulamentação, prejudica a RM, sobretudo em seus direitos.

Ao falar sobre o tema “Atualização do Título de Especialista”, o Dr. Antonio Gonçalves Pinheiro, 1.º vice-presidente do CFM, ressaltou a importância de o médico

estar “atualizado com conhecimento, treinamento, conduta e juízo, isto é, com competência”. Justificou que a Resolução CFM 1.772/05 foi resultado de consulta pública aos médicos, com mais de 800 sugestões, esclarecendo ainda que foram “abortados” no Congresso Nacional, por interferência das entidades médicas, os projetos de Lei que determinavam a obrigatoriedade da recertificação a cada cinco anos. Comentando pontos importantes da norma, indicou que a partir de janeiro de 2006 todos os títulos lançados pelas sociedades terão validade de cinco anos e que cursos, congressos e cursos a distância serão analisados, pontuados pelo Conselho da Comissão de Especialidades. Reconheceu, contudo, a necessidade de discussão de alguns pontos, como a inclusão dos MRs.

O Conselho do Paraná esteve representado por seu presidente, Hécio Bertolozzi Soares, e ainda pelos conselheiros Donizetti Giamberardino Filho e Miguel Ibraim Hanna Sobrinho.

Reuniões mensais têm sido agendadas para continuidade dos temas em debate, a última delas no início de dezembro, para homologar os termos da “Carta de São Paulo”. O resumo de todos os temas debatidos está disponível “em notícias” no site do CRM PR (www.crmpr.org.br).

Os próximos encontros serão realizados no primeiro e segundo semestre de 2006, em SC e RS. Em 2007 haverá nova edição no Paraná.

Série de homenagens marca solenidade do Dia do Médico

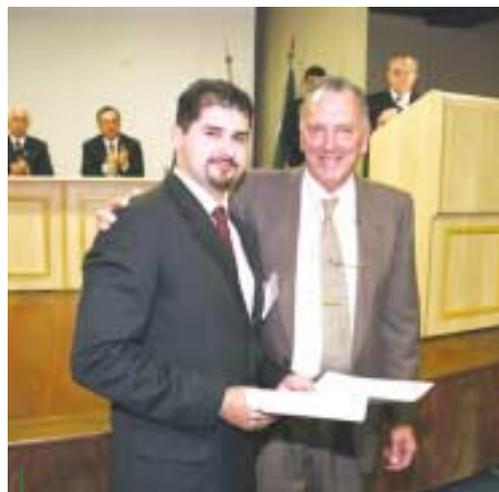
O Conselho Regional de Medicina e a Associação Médica do Paraná realizaram na noite de 18 de outubro a tradicional cerimônia comemorativa ao Dia do Médico, que tem inspiração em São Lucas, o Padroeiro da Medicina. A solenidade ocorreu na sede do CRM/PR, em Curitiba, tendo entre os destaques a entrega do Diploma de Mérito Ético-Profissional a 28 médicos que completaram 50 anos de formados com um histórico exemplar na atividade. A honraria foi instituída há duas décadas e já contemplou cerca de 400 grandes exemplos da Medicina paranaense.

A programação festiva foi aberta às 18h30 com Missa de Ação de Graças, celebrada pelo Padre Ricardo Hoepers. Na sequência houve a execução do Hino Nacional, ressaltada com a exibição de um videoclipe. O médico Márcio Luiz Nogarolli conduziu o cerimonial, aberto oficialmente com as falas dos representantes das duas entidades médicas, Hécio Bertolozzi Soares e de Cláudio Pereira da Cunha. O presidente do Conselho falou sobre os grandes desafios da atividade médica, dirigindo críticas à abertura indiscriminada de escolas sem compromisso com a qualidade e o descaso que envolve o setor de saúde. Referiu-se aos homenageados como exemplos

que dignificam a profissão. Às vésperas de sua despedida da presidência da AMP, o Dr. Cláudio da Cunha aproveitou para fazer um balanço positivo da gestão.

Como palestrante convidado, o Dr. João Gualberto de Sá Scheffer falou sobre o tema “Medicina Paranaense nos últimos 50 anos e figuras proeminentes desse período”. A incursão histórica possibilitou destacar importantes vultos do ensino médico, que ajudaram a formar gerações de profissionais que hoje se destacam na atividade. A deferência alcançou desde fundadores do Conselho de Medicina, que avança para o seu cinquentenário, até médicos e professores que se distinguem em seus ramos de atuação. A palestra foi sucedida da entrega do Diploma de Mérito Ético-Profissional, que este ano teve 28 homenageados, todos graduados em 1955. Onze deles justificaram ausência, por razões diversas. Além de outros 16 profissionais, que receberam a comenda das mãos de familiares médicos ou de conselheiros, também houve a diplomação “in memoriam” do Dr. Wadir Rúpollo, ex-presidente do Conselho. A esposa, filhos e netos estiveram presentes à cerimônia.

Após a exibição da foto de cada um dos homenageados, da época da inscrição no CRM/PR, e



■ Dr. Eduardo Novak, autor da monografia vencedora, e o cons. Zacarias Alves de Souza F.º.

da entrega dos Diplomas e o troféu com o símbolo da Medicina, houve a apresentação do vídeo motivacional do Conselho, intitulado “Vale a pena ser médico”. O vídeo, de oito minutos, tem a participação do escritor Rubem Alves, autor de “O Médico” entre tantas obras, além de depoimentos de futuros médicos e de profissionais de renome no Estado, como Acir Rachid, Ruy Noronha de Miranda, Abdon Pacheco (segundo presidente do CRM/PR) e Wadir Rúpollo. O material-documento foi mais uma forma de reverenciar o ex-conselheiro, que faleceu em 23 de maio do ano passado, pouco depois de ter gravado a sua participação, quando asseverou seu amor pela profissão e que “faria tudo de novo” em defesa de um trabalho ético e solidário.



■ Drs. Moysés Paciornik e Iseu Affonso da Costa recebem diploma das mãos de Cláudio P. da Cunha.

O ato seguinte da solenidade foi a entrega do diploma do 16.º Prêmio Monografia de Ética Médica (2005), que teve como tema “A ética na relação entre medicina e os meios de comunicação”. O vencedor foi o médico e advogado Eduardo Murilo Novak, de Curitiba, que recebeu prêmio de R\$ 5 mil em espécie, entregue pelo Prof. Zacarias Alves de Souza Filho, decano do corpo de conselheiros do CRM/PR. Nove trabalhos foram habilitados ao concurso e a premiação do segundo colocado ocorreu posteriormente. A Comissão Julgadora foi formada pelos Drs. Iseu de Santo Elias Affonso da Costa e João Gualberto de Sá Scheffer, da Academia Paranaense de Medicina, e a jornalista Elza Aparecida de Oliveira Filha, professora universitária.

A parte final da cerimônia foi reservada à entrega do “Prêmio AMP 2005 – Destaques da Medicina”. Esta foi a terceira edição da iniciativa da Associação Médica, que visa enaltecer o trabalho de médicos que distinguem nas atividades de “Ensino e Pesquisa” e “Prática Médica”. O Prof. Dr. Iseu Affonso da Costa foi o diplomado deste ano em “Ensino e Pesquisa”. O Dr. Moysés Golds-

tein Paciornik foi reconhecido na “Prática Médica”.

Mesa diretora

A mesa diretora da solenidade do Dia do Médico, no auditório do Conselho, foi composta por Hécio Bertolozzi Soares, do CRM/PR; Cláudio Pereira da Cunha, da AMP; Gerson Zafalon Martins, do CFM; José Fernando Macedo, da AMP e Academia de Medicina; Carlos Augusto Moreira Júnior, Reitor da UFPR; Rogério Mulinari, da Faculdade de Medicina da UFPR e Hospital de Clínicas. Além de conselheiros, convidados e familiares, foi registrada a presença de representantes de entidades de classe, de escolas médicas e de sociedades de especialidade, bem como lideranças políticas.

OutubroMed

A solenidade festiva do Dia do Médico esteve inserida na programação do OutubroMed, que congrega atividades das entidades médicas, incluindo as Unimed Curitiba e Paraná. Ao todo foram 18 eventos, entre o dia 1.º e 27 de outubro. Um deles foi a posse da diretoria da AMP para o triênio 2005/8. Outro destaque foi o show de bandas médicas, que ocorreu na noite de 22, no Parque Barigüi.



■ Dr. João Gualberto Scheffer.



■ Dr. Márcio Luiz Nogarolli.



■ Exibição de vídeo motivacional.

FOTOS

1. Dr. Alberto Accioly Veiga e o filho também médico, Dr. Marcelo Accioly Veiga.
2. Dr. Carlos Augusto Moreira com a esposa, Dra. Sally Moreira, e os filhos Dr. Carlos Augusto Moreira Júnior e Dra. Luciane Moreira, todos médicos.
3. Dr. Farid Sabbag, membro nato do CRMPR, recebeu o Diploma das mãos do filho médico, Dr. Júlio César Sabbag.
4. Dr. Fauzi Farah recebeu o Diploma de Mérito das mãos do conselheiro Mauri José Piazza.
5. Dr. Frank Ogatta e o filho médico Dr. Evaldo Ogatta.
6. Dr. Getúlio Alvino Silva e o conselheiro Marcos Flávio Gomes Montenegro.
7. Dr. Glênio José Barbosa e a filha médica, Dra. Carmem Leticia Barbosa Azevedo.
8. Dr. João Juglair Júnior e o conselheiro Carlos Roberto Goytacaz Rocha.
9. Conselheira Marília Cristina Milano Campos entrega o Diploma do Dr. José Belém Filho, representado pelo neto Thiago Belém Romero.
10. O Dr. José Jacyr Leal e a conselheira Roseni Terezinha Florêncio.
11. A Dra. Leide Parolin Marinoni recebeu seu Diploma de Mérito do colega pediatra e conselheiro Luiz Ernesto Pujol.
12. Dr. Mário Lins Peixoto, de Maringá, e o conselheiro Kemel Jorge Chammas.
13. Dr. Mário Machado Macedo e o conselheiro Alexandre Gustavo Bley.
14. Dr. Newton Carvalhal Santos e o filho também médico, Dr. Newton Carvalhal Santos Júnior.
15. Dr. Osmar Mueller e a conselheira Raquele Rotta Burkiewicz.
16. Dr. Ubirajara de Azevedo e a filha médica, a pediatra Patrícia Marques de Azevedo Arima.
17. Na homenagem póstuma ao ex-presidente do Conselho, Dr. Wadir Rúpollo, sua esposa, Sra. Terezinha Arantes Rúpollo, recebeu o Diploma de Mérito Ético das mãos da conselheira Mônica De Biase Wright Kastrup.



Em debate avaliação dos egressos de escolas médicas

Reunião Temática do CRMPR discute aspectos voltados à melhor formação. Paraná pode promover teste voluntário já em 2006



Dr. Bráulio Luna Filho, Isac Jorge Filho, Hélcio Bertolozzi Soares, Donizetti Giamberardino e Gerson Zafalon.

A avaliação dos egressos das faculdades de Medicina, tendo em destaque a experiência do Cremesp, foi o tema da reunião plenária temática do Conselho Regional de Medicina do Paraná, realizada em seu auditório na noite de 16 de novembro. Os palestrantes convidados foram os Prof. Isac Jorge Filho e Bráulio Luna Filho, responsáveis pelo projeto piloto do Conselho de São Paulo, que aproveitaram para divulgar o resultado da prova cognitiva, que teve índice de aprovação de 68,4% entre os mais de mil acadêmicos do último ano de graduação que participaram de forma voluntária, em 9 de outubro. A segunda e última etapa será a prova prática e vai ocorrer dia 20 de dezembro.

A abertura e a mediação da Plenária Temática coube ao presidente do Conselho Regional de Medicina do Paraná, Hélcio Bertolozzi Soares. Além dos palestrantes, ainda compuseram a mesa o secretário-geral do CRMPR, Do-

nenizetti Giamberardino Filho, e o conselheiro federal Gerson Zafalon Martins. Quase uma centena de pessoas participou dos debates, entre conselheiros do CRM, professores e coordenadores de cursos de medicina e representantes de sociedades de especialidades e dos estudantes das sete escolas médicas, incluindo das três localizadas fora de Curitiba - Londrina, Maringá e Cascavel. Também estiveram presentes membros do Diretório Acadêmico Nilo Cairo (Danc), da UFPR, que este ano é sede do Denem.

Os debates foram muito proveitosos e possibilitaram muitos questionamentos acerca da viabilização de um programa de avaliação para os recém-formados. Prevalceu o entendimento da importância de serem somados mecanismos capazes de estimular o futuro médico a ingressar no mercado de trabalho com a melhor preparação possível, assim como as escolas estarem sempre com-

prometidas com a qualidade do ensino. Neste aspecto, visualiza-se uma melhor perspectiva de contenção e desestímulo às escolas de interesse meramente mercantilista. A questão da obrigatoriedade do exame, para registro nos Conselhos, mostrou-se como ponto de opiniões distintas.

Os palestrantes foram muito incisivos e convincentes em suas ponderações, deixando evidente que o interesse do Conselho de Medicina de São Paulo é de cumprir a sua função de contribuir para que bons profissionais estejam disponíveis no atendimento à população. De acordo com eles, um dos fatores a estimular um processo de maior filtro à chegada de médicos melhor preparados ao mercado é o crescente número de denúncias de faltas no exercício da atividade. O Cremesp recebeu 1.207 denúncias contra médicos em 1993. Onze anos depois, o número triplicou. O total de denúncias chegou a 3.388 em 2004. A estimativa para este ano é ainda mais sombria. Na análise dos representantes do Conselho paulista, o teste realizado tende a oferecer um diagnóstico de problemas transparentes na graduação.

Sem fórmulas mágicas

Na abertura de sua fala, o presidente do Cremesp, Isac Jorge Filho, lembrou que há 16 anos havia participado de uma experiência semelhante em São Paulo, mas ações implementadas desde então, na esfera do Poder Público, foram inócuas quanto à preocupação com a qualidade do ensino.

“Não estamos dizendo que este exame é o salvador da pátria. Também estamos conscientes de que isso não vai reduzir o número de escolas. O certo é que queremos e devemos fazer algo. Claro que não temos fórmulas mágicas, mas não devemos ter medo de discutir o problema”, referiu-se o presidente do Cremesp. Ele fez questão de ressaltar que a questão é muito mais complexa e cercada de distorções, que se multiplicam “pela miopia dos governantes”. Citou o caso dos hospitais públicos explorados por escolas, as liminares que obrigam o registro nos Conselhos dos graduados no Exterior e a falta de médicos na maioria dos Estados, num processo decretado pela baixa remuneração.

Em outro ponto de sua palestra, Isac Filho disse entender injusto avaliar só o aluno, mas lembrou que os Conselhos atuam na esfera dos profissionais, não das escolas. Explicou que o teste foi elaborado por especialistas e professores renomados de diversas escolas médicas e organizado pela Fundação Carlos Chagas. Ele reforçou que não se pretende transformar a avaliação em pré-requisito para a habilitação profissional, a exemplo do que ocorre com o Exame da Ordem (da OAB). “Trata-se de uma proposta de avaliação do ensino médico, que vem somar-se a outras medidas igualmente relevantes, como a avaliação feita pelas próprias faculdades e a avaliação periódica e pontual realizada pelo MEC”, disse, referindo-se ao Sistema Nacional de Avaliação do

Ensino Superior (Sinaes).

Reconhecido como o mentor da proposta de avaliação, lançada há mais de um ano e protagonista de ampla entrevista no Jornal do CRMPR (em dezembro de 2004), o Prof. Bráulio Luna Filho referiu-se ao rigoroso controle à qualidade dos serviços médicos nos Estados Unidos e Europa, com estágios de exames para graduação e residência. Por isso, critica a situação do Brasil, onde há um processo de avaliação decrescente. “Após o vestibular, forma de ingresso, o que se tem depois é o filtro da residência médica”, diz o professor da USP, que não deixa de indagar: “Que médicos queremos para a nossa sociedade?” Referiu-se que o diploma é um direito adquirido, mas que acima de tudo o seu detentor precisa ter consciência de ser um bom médico. “Nenhum diploma garante conhecimento após três anos; esse tempo é crucial”, reforça, referindo-se à necessidade de aprimoramento contínuo e da oportuna adoção da recertificação de especialidade.

Manifestações

Também conselheiro do Cremesp e seu vice-presidente na gestão anterior, Bráulio Luna Filho enaltece a receptividade dos estudantes à proposta do exame de avaliação, apesar de toda pressão exercida pela corrente contrária, que entende contaminada por alunos e escolas descompromissados com a qualidade e com a preservação da história de 2 mil anos da Medicina. “Entendemos, com nossa função e credibilidade, estar contribuindo com as escolas de São Paulo, e com o projeto piloto teremos um diagnóstico das maiores dificuldades de nossos alunos. Queremos melhorar o nível do médico e, por isso, pretendemos que a edição de 2006 tenha ainda maior abrangência”, declarou, sem deixar de estimar que a repercussão natural de mercado tende a privilegiar formandos e escolas que se destacarão nos exames. “As experiências mostram que os melhores

avaliados terão melhor desempenho na profissão”, prosseguiu.

Os conselheiros do Cremesp ressaltam que não existe a intenção de transformar a avaliação em um pré-requisito ao registro, tal qual o Exame de Ordem da OAB. “O teste visa medir o desempenho dos estudantes no fim do curso, com base no que o Conselho entende que deva ser exigido de um médico recém-formado”, reforçou Bráulio Luna Filho, ao abrir a etapa de debates com os presentes à Plenária. O conselheiro Luiz Sallim Emed, ex-presidente do CRMPR, declarou-se convencido da conveniência da avaliação e da necessidade de envolvimento da sociedade organizada. O também conselheiro Carlos Ehlke Braga Filho exibiu posição contrária e indagou sobre o risco de se avançar para os mesmos problemas que envolvem os bacharéis em Direito. O Prof. Rogério Mulinari exibiu posição favorável à avaliação e citou o modelo que já vem sendo implementado há três anos pela UFPR, com índice de adesão de 70% entre os 1,1 mil alunos. Ele fez questão de expor diferenças entre a Medicina e o Direito e que é preciso,

ainda, diferenciar quem é bacharel em Medicina e quem é médico.

O Prof. Ronaldo Rocha Loures, da AMB e autor de livro recém-editado sobre proliferação de escolas médicas, chamou a atenção para que sejam congregadas as ações de avaliação da condição e da oferta dos cursos. O conselheiro José Luís Camargo, de Londrina, disse entender que a mobilização estava bem-estruturada e que manifestava, de forma pública, a sua mudança de posição, acolhendo a relevância do processo de avaliação. Posicionou-se, contudo, contra a obrigatoriedade, entendendo-a inconstitucional. Entre os acadêmicos, houve intervenções distintas, mas prevalecendo o reconhecimento à necessidade de se implementar melhorias na graduação. O conselheiro federal Gerson Zafalon Martins fez questão de destacar que o processo em curso é uma forma de defesa da profissão e da sociedade. Citou a questão da Medicina Veterinária que, embora com questionamentos da legalidade de seu exame, atesta que o “mercado” oferece um tratamento diferenciado àqueles que se submetem à avaliação.

Projetos em tramitação

- O Projeto de Lei do Senado n.º 217/04, de autoria do senador Tião Viana, propõe a alteração do art. 17 da Lei n.º 3.268/1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e o art. 48 da Lei n.º 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina como requisito para o exercício legal da Medicina no País. A proposta está desde fevereiro na Comissão de Educação, com o relator Mão Santa.
- Nova proposta de exame de habilitação para médico recém-formado está sendo analisada no Senado. O Projeto de Lei n.º 4342/04, do deputado Alberto Fraga (PTB-DF) determina que os egressos das escolas médicas só poderão exercer a profissão após aprovação em mecanismo de habilitação regulamentado pelo CFM. De acordo com a proposta, a aprovação será exigida para o registro do diploma do médico no Ministério da Educação e para sua inscrição no CFM. A proposta será analisada, em caráter conclusivo, pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania do Senado. Em 28 de outubro, a proposta recebeu parecer contrário do relator, deputado Tarcísio Zimmermann.

Primeira etapa teve 68,4% de aprovados

A primeira etapa da avaliação do ensino médico no Estado de São Paulo, promovida pelo Cremesp, contou com a participação 1.003 estudantes de sexto ano de Medicina. O resultado foi divulgado em meados de novembro, habilitando 686 acadêmicos – ou 68,4% do total – para a segunda etapa, que será constituída de exame prático e deve ocorrer em 20 de dezembro. A média de acertos na prova cognitiva foi de 73,3%. Os demais 317 estudantes não acertaram o mínimo de 60% das questões.

“Levando em conta o caráter voluntário e experimental da iniciativa, a prova superou todas as expectativas, tanto na inscrição prévia quanto no comparecimento no dia 9 de outubro, quando 88% dos inscritos prestaram o exame”, referiu-se o Prof. Bráulio Luna Filho. As provas ocorreram na Capital e em Ribeirão Preto. Das 26 escolas de Medicina em atividade em SP, 23 delas têm, juntas, este ano, 2.197 estudantes no sexto ano. As outras três, recém-abertas, não chegaram ao sexto ano. Isso representa que quase a metade dos formandos participou da avaliação do Cremesp.

A organização da prova esteve a cargo da Fundação Carlos Chagas, entidade com larga experiência em concursos públicos. A primeira fase do exame foi uma prova cognitiva, com 120 questões nas seguintes áreas: Pediatria, Ortopedia, Ginecologia e Obstetrícia, Cirurgia Geral, Clínica Médica, Saúde Pública, Saúde Mental, Bioética e Ciências Básicas.

A segunda etapa consistirá na simulação de problemas práticos das situações clínicas mais comuns. Serão utilizados recursos de multimídia que simulam atendimentos de emergência, procedimentos médicos, realização e leitura de exames diagnósticos, dentre outras situações.

A proposta

O presidente do Cremesp, Isac Filho, explica que a pretensão é medir o desempenho dos estudantes de Medicina no final de curso, descaracterizando similaridade com exames competitivos, como os para residência médica. “Elaborado por especialistas, que são professores de diversas faculdades de Medicina), o conteúdo

da prova expressa o que deve ser exigido do médico recém-formado”, reforça.

O Prof. Isac Jorge Filho resalta que a avaliação é restrita ao Estado de São Paulo, não tem similaridade com o exame de ordem da OAB e tampouco pretende ser um pré-requisito para a habilitação do médico ao exercício profissional da Medicina. “O Conselho não tem o objetivo – e tampouco prerrogativa legal – para instituir um exame obrigatório, capaz de impedir que os reprovados obtenham o registro e o CRM de médico”, esclarece.

O Prof. Bráulio Luna Filho diz que “esta é mais uma proposta de avaliação do ensino médico, somando-se a outras medidas igualmente relevantes que devem ser implementadas ou aprimoradas, como a avaliação permanente *in loco* realizada pelas próprias faculdades durante todo o processo de graduação, e a avaliação periódica e pontual realizada pelo MEC, com o atual Enade, antigo Provão.

Apesar significativa adesão ao exame, a distribuição dos estudantes não foi homogênea entre as diversas faculdades de Medicina. Algumas estiveram representadas por número expressivo de formandos, como USP-Ribeirão Preto, Faculdade do ABC, Santa Casa de São Paulo, São Francisco e Unifesp. Outras tiveram baixa participação, casos da Faculdade de Medicina de Marília, Unimar e Taubaté.

“Para as escolas que tiveram baixa participação no exame, não se pode inferir genericamente os resultados desta primeira fase. No entanto, fica evidente que as escolas com baixa adesão obtiveram resultados médios de acerto inferiores àquelas com alta representatividade”, reforça o presidente do Conselho.

No material divulgado em seu site, o Cremesp esclarece que “somente com a continuidade deste projeto e a consolidação de uma série histórica de exames nos próximos anos, será possível uma avaliação mais detalhada, capaz de apontar as melhores alternativas para o aperfeiçoamento da formação médica”. O resultado completo pode ser visualizado no site www.cremesp.org.br.

Debate com acadêmicos

Os trabalhos da IV Semana Acadêmica de Medicina da PUCPR, realizada na mesma semana da plenária do Conselho, tiveram em destaque também a questão da avaliação dos egressos das escolas médicas e a experiência do Cremesp. O Prof. Isac Jorge Filho e o presidente do Conselho do Paraná estiveram entre os palestrantes, assim como o conselheiro Luiz Sallim Emed.



O público presente pôde fazer questionamentos sobre a experiência do Cremesp. No detalhe (à dir.), Dr. Ronaldo Rocha Loures, da AMB.

Comissão prepara calendário de eventos para atualizar especialistas

A Comissão Nacional de Acreditação vai divulgar até 1.º de janeiro o calendário das atividades credenciadas para a soma de pontos durante o primeiro semestre de 2006. As Sociedades de Especialidade já começaram a avaliar os 1,3 mil eventos cadastrados no site da CNA até o prazo, que se expirou em 18 de novembro. De acordo com os integrantes da Comissão, integrada pelo Conselho Federal de Medicina e Associação Médica Brasileira, as atividades do primeiro semestre de 2006 apresentadas depois do prazo serão avaliadas pelas Sociedades, mas dentro da disponibilidade dos avaliadores.

A CNA esteve reunida em 22 de novembro com os representantes das Sociedades de Especialidade que formam sua Câmara Técnica, na sede da AMB, em São Paulo. Em pauta, o aperfeiçoamento do processo de educação continuada que resultará na concessão do Certificado de Atualização Profissional para especialistas a partir de 2011. Deste modo, os formulários *online* para cadastramento dos eventos continuam acessíveis. Conforme a Resolução CFM n.º 1772/05, que instituiu o processo, as atividades do segundo semestre de 2006 devem ser cadastradas até 31 de março, e já estão sendo aceitas pela CNA.

“A meta é publicar com antecedência um calendário de

eventos de todas as especialidades, oferecendo o maior número possível de opções ao médico interessado em atualizar seus conhecimentos”, afirmam os membros da Comissão, justificando os prazos. Com isso, alegam, serão evitados os chamados “cursos oportunistas”. Outra questão bastante discutida na reunião foi a necessidade de critérios mínimos a serem seguidos pelas Sociedades de Especialidade para o credenciamento e a pontuação das atividades de educação médica continuada. Os avaliadores foram orientados a utilizar como roteiro, em princípio, a Resolução do CFM.

Com o propósito de elaborar uma cartilha para padronizar as decisões, foi formada uma comissão com representantes das Sociedades de Acupuntura, Cancerologia, Cardiologia, Cirurgia Digestiva, Cirurgia Geral, Dermatologia e Endocrinologia e Metabolologia. O primeiro encontro ocorre já em dezembro. “Estamos construindo juntos estas regras, que serão aperfeiçoadas ao longo dos anos com a uniformização dos conceitos e a capacitação de todas as Sociedades de Especialidade”, explica Aldemir Soares, representante da AMB na CNA.

O processo de avaliação dos eventos pelas Sociedades será *online*. Cada representante terá uma senha com a qual irá acessar, pelo *site* da Comissão Nacional

de Acreditação, as atividades cadastradas para o julgamento da sua Sociedade de Especialidade. O parecer e a pontuação serão enviados à CNA, para que esta comunique o responsável pelo evento. Em caso de reprovação, o representante da Sociedade terá de fornecer uma justificativa.

Site atualizado

A Comissão Nacional de Acreditação mantém atualizadas todas as informações sobre o Certificado de Atualização Profissional em seu site (www.cna-cap.org.br). Estão disponíveis dados sobre o sistema de créditos, as funções da Comissão e o credenciamento de atividades, além de notícias e perguntas frequentes, entre outros tópicos. O canal eletrônico também vai permitir à CNA e Sociedades de Especialidade o controle de credenciamento de eventos, cujas informações serão disponibilizadas *online* logo após sua aprovação. Os médicos interessados em credenciar atividades pelas quais são responsáveis para que contem pontos a seus participantes também devem cadastrar-se no site e preencher os devidos formulários.

Como obter o certificado

O Certificado de Atualização Profissional para os médicos que têm Título de Especialista ou Certificado de Área de Atuação foi instituído pela Resolução n.º 1772/2005, publicada pelo CFM em agosto. Para obtê-lo, os especialistas devem participar de atividades credenciadas de educação médica continuada a partir de 2006, somando 100 pontos a cada cinco anos. A adesão ao processo será obrigatória para os profissionais que obtiverem seus Títulos ou Certificados a partir de janeiro do próximo ano, e opcional para os demais.

Acompanhamento legislativo

O CFM e a Associação Médica Brasileira estão somando forças também na constituição de uma agenda legislativa, voltada a atuar de forma ainda mais incisiva no acompanhamento de projetos de interesse da Medicina. A AMB acaba de criar a sua Comissão de Assuntos Parlamentares, que teve a primeira reunião em 25 de novembro, durante o V Congresso Brasileiro e o VI Congresso Paulista de Política Médica. A comissão é presidida por Jurandir Marcondes Ribas Filho, vice-presidente da Região Centro-Sul da AMB. O CFM já vem desenvolvendo trabalho legislativo há cerca de um ano e, agora, já agendou para 19 de janeiro, em São Paulo, a primeira reunião conjunta com a Comissão da AMB. Atualmente existem perto de 250 projetos de lei relativos à saúde em tramitação no Congresso Nacional. Destes, 70 estão diretamente relacionados à Medicina. As entidades pretendem definir uma escala de prioridades para levantar o histórico das proposições mais importantes e agendar encontros com seus relatores.

Filiação de hospitais no CRM é aprovada em comissão

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio aprovou o Projeto de Lei 3224/04, que obriga os hospitais, maternidades, casas de saúde e clínicas médicas a se registrarem única e exclusivamente nos Conselhos Regionais de Medicina (CRMs). A proposta, de autoria do deputado Max Rosenmann (PMDB-PR), recebeu parecer favorável do relator da matéria na comissão, deputado Dr. Benedito Dias. Justifica o autor que o objetivo é garantir a fiscalização dos CRMs sobre esses estabelecimentos, que, mesmo se oferecerem serviços auxiliares, passarão a ter a medicina reconhecida oficialmente como sua atividade-fim. Todos os atos praticados nesses locais serão de responsabilidade de um diretor formado em medicina.

Já as pessoas que trabalham dentro dos hospitais e não exercem a profissão de médico - como, por exemplo, enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos e nutricionistas - continuarão filiadas individualmente aos seus respectivos conselhos profissionais. Os hospitais, como pessoas jurídicas, é que deverão se filiar apenas aos CRMs. A proposta prevê que somente os hospitais militares ficarão fora da regra, pois já são subordinados às normas das Forças Armadas - que prevêem um rígido controle das suas atividades.

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, ainda será avaliado pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Idosos poderão ter atendimento prioritário em hospitais

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou dia 30 de novembro, em turno suplementar, o projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) para garantir prioridade aos idosos e portadores de deficiência no atendimento em hospitais. As gestantes, lactantes e pessoas acompanhadas de crianças de colo também terão direito à prioridade. Para estender esse atendimento a todos as instituições de saúde, inclusive clínicas de exames ambulatoriais, a proposta (PLS 181/03) foi aprovada na forma do substitutivo do relator Flexa Ribeiro. O projeto ampliou a abrangência da lei 10.048/00, que criou essa prioridade em repartições públicas, empresas concessionárias e instituições financeiras.

Comunicado Oficial

Em virtude de informações incorretas que estão sendo veiculadas, a Comissão Nacional de Acreditação (CNA) comunica que a participação na Certificação de Atualização Profissional é opcional para portadores de Títulos de Especialista e Certificados de Área de Atuação cujos concursos estiverem concluídos até 31/12/2005, mesmo que o registro desses documentos nos Conselhos Regionais de Medicina seja efetuado após essa data.

DEDICA: em defesa dos direitos das crianças e adolescentes

Luiz Ernesto Pujol (*)

Os casos registrados de violência infantil são assustadores. Englobam os agravos físicos, psicológicos, de abuso sexual e de negligência, constatando-se serem independentes de condições econômicas, educacionais e culturais dos agressores.

A análise de dados do programa Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes em Situação de Risco para a Violência, da cidade de Curitiba, demonstra sombria realidade: enquanto no ano de 2003 foram realizadas 1.537 notificações destes agravos, no ano de 2004 os números saltaram para a alarmante cifra de 2.358. Entre outubro de 2004 e maio deste ano, o Núcleo de Proteção à Criança e Adolescente Vítima de Violência, de Curitiba, registrou 20 ocorrências de maus-tratos, 33 de lesões corporais, 64 situações de atentado violento ao pudor e 26 casos de estupro envolvendo menores de idade. Esta localizada casuística é, com certeza, apenas uma parte do que de fato ocorreu, pois um grande número de casos sequer chega ao conhecimento destes órgãos, prevalecendo indesculpável silêncio e omissão de familiares e vizinhos nas situações de maus-tratos a que são submetidas às pequenas e indefesas vítimas.

Assim sendo, alguns cidadãos tomaram para si, de forma espontânea e dedicando um dia da semana de suas vidas, um trabalho voltado à melhoria das condições de educação e entendimento familiar frente à infância. A mesma iniciativa está voltada à conscientização dos dirigentes públicos quanto ao preceito constitucional, que no Artigo 227 da Constituição Federal determina prioridade absoluta no trato dos direitos da criança e do adolescente; às modificações da legis-

lação penal vigente, que não aborda especificamente agravos à infância, tendo em vista sua peculiar fase de desenvolvimento físico e psicológico; e, ainda, especiais e ágeis atuações corretivas e de apenação aos seus agressores. Estava, desta maneira, criado o Grupo de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – DEDICA -, composto por membros da Sociedade Paranaense de Pediatria, Sociedade Brasileira de Ortopedia Infantil, Ministério Público do Paraná, Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná e Conselho Regional de Medicina do Paraná.

Reuniões semanais que vêm sendo realizadas há 10 meses, com a assessoria da Associação Psicanalítica Internacional, têm demonstrado promissores resultados das ações deste grupo, ressaltando-se a conscientização de autoridades judiciárias e de segurança pública que culminaram até o presente com os seguintes encaminhamentos:

- A edição da Resolução n.º 249/05 da Secretaria de Estado de Segurança Pública, datada de 14 de outubro de 2005, determinando a colocação de tarja específica nos procedimentos investigatórios relativos a crimes praticados contra crianças e adolescentes, independentemente de sua tipificação, com os dizeres “Criança e Adolescente – Prioridade Absoluta” determinando, com isso, tramitação preferencial e, ainda a criação nos Institutos Médico-Legais e de Criminalística de salas especialmente reservadas à espera e exames periciais de crianças e adolescentes.

- Criação de uma via de comunicação específica à Polícia Militar, um disque-denúncia, em fase de implantação, que agilizará as medidas protetivas de crianças e adolescentes vitimadas, permitindo ainda, a formação de um

banco de dados a nortear novas políticas públicas direcionadas a detecção, ações educacionais e corretivas destes agravos.

- O assentamento de Termo de Cooperação, firmado em 7 de outubro de 2005, entre o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a Procuradoria Geral de Justiça, o Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente e a Associação dos Municípios do Paraná, com o intuito de fiscalização do cumprimento, pela administração pública, do princípio da prioridade absoluta em favor da criança e do adolescente no que diz respeito à previsão e à destinação de recursos públicos nos orçamentos do Estado e dos Municípios.

- A mobilização do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na pessoa de seu digníssimo Presidente, nas providências da criação de Vara Criminal Especializada no enfrentamento aos crimes praticados contra crianças e adolescentes.

- A compreensão demonstrada pelos médicos do Instituto Médico Legal à proposta, pelo DEDICA, de um documento específico à avaliação das lesões em crianças e adolescentes, apropriado e agilizador dos laudos a serem emitidos e que, para sua implantação, depende apenas do aval dos órgãos governamentais competentes.

- A entusiasmada participação da mídia, em particular da TV da UFPR na pessoa de seu assessor de marketing, que disponibilizou espaço para divulgação de medidas educativas, aos pais e responsáveis por crianças e adolescentes.

Muito ainda há a refletir e concretizar. A perspectiva de mobilização de toda a população, especialmente daqueles privilegiados que tiveram a oportunidade de receber melhor fundamento educacional e, por isso mesmo, obrigatoriamente devem assumir

suas responsabilidades colaborando no sentido de fazerem valer os direitos de seus concidadãos menores de idade. É o que se espera. O papel de formadores de opinião, desempenhado pelos médicos, é indispensável junto à sociedade no que diz respeito aos interesses de nossas crianças e adolescentes e na proteção requeridas pelos mesmos. Necessário é, também, ampliar as Redes de Proteção, possibilitando-lhes condições para efetiva solução dos problemas com que se deparam. Não podemos aceitar o sacrifício dos direitos humanos da criança e do adolescente em nome da economia orçamentária da Nação. Temos que exigir a participação de médicos, juristas e sócio-educadores nas políticas e programas públicos de proteção às crianças e adolescentes, tor-



nando-as apartidárias e colocando a execução dos projetos em mãos hábeis e bem capacitadas. Valores e virtudes essenciais à boa convivência humana devem ser mantidos mesmo quando alguns que detêm o poder assim não o fazem.

(*) **Luiz Ernesto Pujol**, diretor da Sociedade Paranaense de Pediatria e conselheiro do CRMMPR

Regulamentar e conscientizar

O Grupo de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (DEDICA) vem realizando reuniões semanais, desde o começo do ano, e está ultimando os detalhes da proposta de modificações no Código Penal Brasileiro, voltada à melhor proteção dos agravos sofridos pelas crianças e adolescentes. O grupo de trabalho também está concentrado na planificação de programas de conscientização e educação para todos os profissionais envolvidos com o atendimento, com alcance também aos acadêmicos de Medicina e Direito. Conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, o profissional de saúde ou de educação deve denunciar mesmo que simples caso de suspeita de violência. Para o médico, ele não está desobrigado do acompanhamento depois de denúncia ao Conselho Tutelar, cabendo-lhe a responsabilidade quanto à atenção adequada, não só clínica, sob risco de denúncia por omissão ou conivência.

O DEDICA é composto por membros da Sociedade Paranaense de Pediatria, Sociedade Brasileira de Ortopedia Infantil, OAB, Ministério Público do Paraná e CRMMPR, com apoio de diversas outras instituições. A maioria das reuniões tem ocorrido na sede da Sociedade de Pediatria. Algumas, contudo, têm sido feitas no Conselho de Medicina, como a da primeira semana de novembro, que teve as participações dos Drs. Carlos Ehlke Braga Filho, Cristina Maria S. C. da Silva, Alberto V. Machado, Marcia C. V. Machado, Luci Pfeiffer e Luiz Ernesto Pujol (foto).



Mobilização pela garantia de mais recursos ao setor de saúde

A histórica manifestação pública realizada dia 23 de novembro no Congresso Nacional, com a efetiva participação das entidades médicas, repercutiu na garantia de todas as lideranças políticas em acolher as propostas para subsistência financeira do Sistema Único de Saúde. Com a possibilidade iminente de recuperação de R\$ 1,2 bilhão de recursos desviados do orçamento deste ano e da inclusão de R\$ 4,7 bilhões na proposta orçamentária do ano que vem, que pode refletir na melhor remuneração na esfera do SUS, a grande expectativa agora prende-se à regulamentação da Emenda Constitucional 29, que fixa os patamares de investimentos das três esferas de governo e quais as despesas devam ser entendidas como ações e serviços públicos na promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde.

O presidente da Câmara, Aldo Rabelo, mostrou-se receptivo à reivindicação de que seja colocado para votação em plenário, ainda em dezembro, o Projeto de Lei Complementar n.º 01/03, do deputado Roberto Gouveia (PT-SP), que visa a regulamentar a EC 29. A proposta, aprovada em todas as comissões, tem por base a Resolução n.º 322/03 do Conselho Nacional de Saúde, que fixou as diretrizes para aplicação da Emenda. O PLC de Roberto Gouveia acabou incorporando os projetos de Geraldo Resende (n.º 159/04) e Rafael Guerra (181/04). A proposta que regulamenta o parágrafo 3.º do artigo 198 da Constituição Federal está pronta há um ano e foi aprovada em todas as comissões, a última delas, em setembro, pela de Constituição e Justiça e de Cidadania, com o parecer do deputado José Pimentel.

A mobilização e os efeitos

O ato público em Brasília envolveu membros da Frente Parlamentar da Saúde, repre-

sentantes dos Conselhos Nacionais de Secretários de Saúde (Conass) e de Secretarias Municipais de Saúde (Conassem), o Conselho Federal e os Regionais de Medicina, AMB, CNS, FBH, Fehospar, Confederação das Misericórdias e a Femipa, além de outras entidades de saúde e trabalhadores do setor. Ao lado da Frente Parlamentar, o CFM teve participação importante na articulação do movimento, estando representado por vários de seus conselheiros, dentre eles Gerson Zafalon Martins, que também integra o Conselho do Paraná.

A primeira vitória, mesmo que parcial, veio com a aprovação no Plenário do projeto de lei de conversão (do deputado Natan Donadon) para a Medida Provisória 261/05, que abre crédito extraordinário aos ministérios da Previdência Social e da Saúde. O texto aprovado excluiu a transferência de R\$ 1,2 bilhão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para o MS, a fim de custear o programa Bolsa Família. Havia o temor de que esse dinheiro pudesse ser contabilizado para se atingir o piso mínimo de investimento na área de saúde, de acordo com a previsão constitucional. Mesmo assim, antes mesmo da votação, o Executivo já tinha retirado R\$ 1,1 bilhão.

O presidente da Frente Parlamentar da Saúde, deputado Rafael Guerra quer a devolução de recursos transferidos pelo governo da área da Saúde para o Programa Bolsa Família. Para solucionar o impasse, defende a aprovação de um decreto legislativo que determine a devolução do dinheiro, tendo já sugerido a medida ao relator da MP no Senado. Há a possibilidade até mesmo de se recorrer ao Tribunal de Contas da União e à Procuradoria Geral da República. “A transferência é inconstitucional. Além disso, o Fundo de Combate e Erradicação à Pobreza tem um



Conselheiro Gerson Zafalon (ao centro) representou o CRM PR na mobilização no Congresso visando a aprovação de propostas em defesa da saúde e do sistema assistencial público. Há um cenário de otimismo.

saldo orçamentário de R\$ 2,3 bilhões, que o governo nem tinha como gastar neste ano. Portanto, não havia necessidade de retirar o dinheiro da Saúde”, protestou.

A mobilização vai continuar também para que seja aprovada proposta orçamentária para inclusão de R\$ 4,7 bilhões para 2006, de modo a assegurar o atendimento hospitalar de média e alta complexidade, incluindo cirurgias e consultas especializadas, e ações preventivas e a aquisição de medicamentos de alto custo, como os receitados aos pacientes transplantados. Estudos exibidos pelo Conass indicam que os R\$ 43,6 bilhões previstos para o ano que vem no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA 2006), em tramitação na Câmara dos Deputados, é insuficiente para fazer do SUS o sistema público de saúde idealizado pelos constituintes.

“Quando de sua implantação, o SUS tinha definido como fontes de recursos o mínimo de 30% do orçamento da Seguridade Social, até que fosse aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias. As estimativas indicam que, em 2004, esse montante representava R\$ 67 bilhões. Os problemas de

financiamento continuaram com a descaracterização da CPMF e a falta de regulamentação da EC 29. Caso cumpridos os percentuais mínimos de recursos financeiros das esferas de governo, o atual orçamento teria um acréscimo mínimo de R\$ 12 bilhões, que viria melhorar em muito as condições da rede prestadora de serviços e a assistência à população”, esclarece Gerson Zafalon Martins.

CPI

A Câmara pode criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o cumprimento da Emenda 29. A cria-

ção da comissão já foi aprovada na Comissão de Finanças e Tributação e depende agora da aprovação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e do Plenário. A medida está prevista no Projeto de Resolução 105/03, do deputado Geraldo Resende.

O relator, deputado Max Rosenmann, apresentou parecer favorável ao texto por entender que a medida não provocará aumento ou diminuição da receita ou das despesas públicas. A análise do impacto financeiro e orçamentário é a principal atribuição da comissão.

A origem do problema

A pesar da importância da EC 29, a sua implementação tem gerado diferentes interpretações do que são despesas com ações e serviços públicos de saúde, além de não estarem contempladas no texto constitucional as fontes de recursos federais e a base de cálculo de forma adequada. A Resolução n.º 322 do CNS buscou equacionar tais indefinições e o PLC 01/03 contempla estes pontos com o objetivo de regulamentar a EC 29, cujo prazo final previsto era 2004. Para efeito da aplicação da EC 29, devem ser considerados os gastos que sejam de responsabilidade específica do setor de saúde, não se confundindo com despesas relacionadas a outras políticas públicas que atuam sobre determinantes sociais e econômicos, com reflexos sobre as condições de saúde. A limpeza pública e o saneamento básico certamente têm repercussão na saúde pública, mas apenas de maneira indireta ou reflexa.

A regulamentação da EC 29

A proposta que regulamenta a EC 29 está pronta para ser apreciada no Plenário da Câmara e do Senado. Além de definir o repasse à Saúde pela União, por estados e municípios, o projeto estabelece critérios de rateio e normas de fiscalização e controle desses recursos. Atualmente, a emenda determina para a área 10% das receitas da União, 12% dos estados e 15% dos municípios. Contudo, os orçamentos têm sido sistematicamente maquiados, anualmente, incorporando gastos que vão de meio ambiente e saneamento a pagamentos de inativos.

O presidente do Conass, Marcus Vinícius Pestana, reclama que a cada ano o orçamento para a Saúde diminui. “A população está cansada diante dessa crise ética e política. O Congresso tem a oportunidade de estabelecer uma agenda positiva e mostrar ao Brasil sua importância para a vida nacional, votando a regulamentação da Emenda 29 e garantindo recursos maiores para o Ministério da Saúde no ano que vem”, disse. “A regulamentação é fundamental para que o Estado assuma a saúde da população como sua efetiva política social”, assinalou o presidente da Federação dos Hospitais do Paraná, o médico José Francisco Schiavon, lembrando que só o governo do Paraná deixou de investir mais de R\$ 1 bilhão em saúde desde 2001, conforme dados do Ministério Público e do MS. Aliás, somente sete dos 27 Estados aplicam em saúde os percentuais mínimos previstos.

O presidente da Frente Parlamentar da Saúde, Rafael Guerra, enalteceu o apoio do CFM e das demais instituições de saúde, mas alertou à necessidade de apoio de toda a sociedade para que o movimento seja exitoso. Lembra que há um ano vem sendo retardada a aprovação do projeto e que essa é uma situação que interessa aos governantes mas não à população. Um dos coordenadores da Frente, o deputado Darcísio Perondi explica que a regulamentação tende a evitar desvios do dinheiro destinado à saúde. “A lei complementar determina que as verbas devem ser investidas em UTI, prevenção e promoção da saúde. Já comida, roupa e esgoto devem usar recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e das Cidades”, protestou.

O 3.º vice-presidente do CFM, Clóvis F. Constantino, realçou que as entidades médicas são concordantes no que se refere à regulamentação da Emenda 29 “e não poderia ser de outra forma, já que aguardamos isso há muito tempo”. O presidente da AMB, José Luiz Gomes do Amaral, destacou que “nós exigimos o direito à Saúde e que se coloque em pauta e discutam em plenário a regulamentação da Emenda”. Na oportunidade, Clóvis também aproveitou a oportunidade para solicitar a votação do PL 3.466/2004, da Classificação Brasileira de Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM), “que também significa respeito à assistência médica do cidadão. Saúde é uma necessidade de todos e esta é a Casa da qual devem sair as leis que os defendam da melhor maneira. Contamos com todos os líderes e demais deputados para incluir na pauta e votar no interesse do povo brasileiro”, completou.

Também conselheiro do CFM, Geraldo Luiz Moreira Guedes, diz que a aprovação só depende da coragem e independência do parlamento. E faz sua análise: “O sistema de saúde brasileiro encontra-se no CTI. Os médicos, por ética profissional, não aceitam que os brasileiros sejam divididos, como vem impondo o mercado da saúde e a omissão do poder público, entre pacientes de primeira e de segunda classe. A medicina é uma só. O conhecimento acumulado e os recursos de que dispõe não podem ser submetidos a outra ordem que não seja o bem público. A categoria médica não aceita mais que o mercado da saúde pise em sua dignidade, não compactua com o descumprimento da Constituição, como vem fazendo o poder público”. E conclui: “Aos médicos é oferecida novamente a tarefa de empunhar a bandeira de garantir e consolidar o SUS. Cabe a nós, mais uma vez, o papel da vanguarda, a liderança e os microfones. É natural que seja assim. Afinal, não há outra categoria profissional que conheça tão de perto o sistema brasileiro de saúde.”

Visão dos profissionais em relação ao conflito entre não-maleficência e justiça

Mário Antonio Sanches e
Erika P. Lisboa Müller (*)

A pesquisa em Bioética no Brasil ainda está muito incipiente. Os estudiosos da área precisam reproduzir resultados de pesquisa feitos no exterior para alimentar o debate e a discussão. Por detrás de grandes decisões em bioética paira a compressão dos conhecidos princípios em Bioética, a saber: beneficência, autonomia, não-maleficência e justiça. Os maiores conflitos se dão quando as situações práticas demandam a predominância de um princípio sobre o outro. Deste modo, a pesquisa abaixo, realizada como iniciação científica, com apoio de bolsa CNPq, se apresenta como um esforço de pesquisa em Bioética no Paraná, analisando o conflito que se dá entre o princípio da não-maleficência e justiça.

A pesquisa tinha como objetivo verificar o modo como profissionais da saúde percebem a relação entre dois dos Princípios da Bioética: Não-maleficência e Justiça. No projeto, após aprovação no CEP da PUCPR, foram aplicados dois questionários a cem profissionais e acadêmicos da área da saúde, que atuam num determinado hospital de Curitiba.

Para fazer o levantamento do modo com os entrevistados poderiam relacionar justiça e não-maleficência foi aplicado um questionário que pedia uma tomada de posição frente a determinadas situações e casos elaborados a partir do cotidiano de um profissional de saúde. Apresentamos abaixo as respostas de, por razões de espaço, apenas duas das dez perguntas elaboradas.

Você deixaria de reanimar uma pessoa com o objetivo único de poupar recursos do SUS, os quais poderiam ser investidos em pacientes que possuem um melhor prognóstico?

Comentário: Apesar de toda a problemática na política de saúde e da “orientação” que se tem dentro das instituições de saúde (priorizar um paciente menos grave), ainda assim a grande maioria respondeu não (91 contra apenas 8).

Como a pergunta era bem clara “com o único objetivo de poupar recursos do SUS”, as respostas destes profissionais apontam na direção da não-maleficência, indicando que não fariam o mal a um determinado indivíduo visando o bem da coletividade.

2. Você concorda com altos gastos públicos no tratamento da AIDS, num contexto onde faltam recursos para tratamento de doenças mais simples e que atingem grande número da população?

Embora tenha diminuído a diferença gritante entre as respostas, nessa questão, (60 responderam sim e 38 não), os entrevistados entenderam que recusar tratamento aos aidséticos é inaceitável, mesmo que este tratamento onere bastante o serviço público de saúde. Novamente a justiça, no aspecto de favorecer o maior número de pessoas possíveis, fica em segundo plano quando a alternativa é condenar alguns a um mal inevitável.

O presente trabalho é inédito por verificar qual dos dois princípios bioéticos supracitados prevalece entre profissionais de saúde no Paraná. A hipótese no início do trabalho era a de que no nosso contexto, entre os profissionais da saúde, em situações que envolvessem conflitos entre ambos, a opção seria optar pela não-maleficência, hipótese essa que pôde ser comprovada.

A tendência de postura dos profissionais de saúde entre priorizar a não-maleficência em detrimento do princípio da justiça é evidente e claramente demonstrada pelas respostas ao questionário. De sete questões apresentadas somente em dois momentos a resposta que indicaria para o princípio da justiça fora escolhida.

(*) **Mário Antonio Sanches** é doutor em Bioética, diretor do Departamento de Teologia da PUCPR e membro da Câmara Técnica de Bioética do CRM/PR

Erika Priscilla Lisboa Müller, Bolsista PIBIC/CNPQ, Teologia

N.R. - Referências bibliográficas do artigo estão especificadas no site do Conselho

Fechado outro hospital psiquiátrico

O Paraná perdeu no início de novembro mais um hospital psiquiátrico. A Casa de Saúde Nossa Senhora da Glória, fundada há 60 anos e que há década e meia funcionava numa grande área no bairro Cachoeira, divisa de Curitiba e Almirante Tamandaré, fechou as suas portas em decorrência de problemas financeiros, face a baixa remuneração paga pelo SUS. Os 89 leitos remanescentes foram desativados e 50 funcionários demitidos. Embora ainda não tenha sido preparada a necessária estrutura assistencial à saúde mental, com a ativação de Caps e Naps, o SUS está perdendo gradativamente todos os seus leitos no Paraná. Tinham sido fechados os hospitais São Marcos, de Cascavel; Franco da Rocha, de Ponta Grossa; e Pinheiros, em São José dos Pinhais. Outros seguem o mesmo caminho ou pelo menos vêm reduzindo seu grau de dependência com o sistema público. Em âmbito nacional, articula-se para o início de 2006 a paralisação total dos hospitais psiquiátricos face a insuficiente remuneração do SUS.

José Fernando Macedo assume AMP

O novo quadro diretor da Associação Médica do Paraná foi empossado na manhã de 25 de outubro, em solenidade realizada no auditório da sua sede em Curitiba. O evento integrou as atividades do OutubroMed, sendo prestigiada por representantes de outras entidades médicas, dentre as quais o CRMPR e as Sociedades de Especialidade. José Fernando Macedo reassumiu a presidência da AMP, função que ocupara por quatro anos no início da década passada. Agora ele vai cumprir mandato de três anos (2005/2008), sucedendo a Cláudio L. Pereira da Cunha. A nova diretoria tem como vice-presidentes João Carlos Gonçalves Baracho (Curitiba), Elton Marcos Ayres Guérios (Apucarana), Francisco Antônio Dias Lopes (Maringá), Francisco Pereira de Barros Neto (Ponta Grossa), Torao Takada (Toledo) e Wilson José Ferreira de Paula (São José dos Pinhais). A secretária-geral é Claudete Reggiane, tendo Ana Tereza Moreira como 1.ª secretária. O Departamento de Convênios é composto por José Carlos de Miranda (diretor), Jairo Sponholz de Araújo (vice), Rohnelt Machado de Oliveira (diretor de assuntos contratuais) e Olival de Oliveira Júnior (secretário). Também houve mudanças nas Delegacias Regionais da Associação. Confira a diretoria completa e os presidentes das Regionais no site na AMP (www.amp.org.br). Na cerimônia de posse, José Macedo e Cláudio Cunha, ladeados por Gerson Zafalon e Hélcio Bertolozzi, vice e presidente do CRMPR (foto).



Posse da Diretoria da AMB



Em concorrida solenidade realizada na noite de 28 de outubro, no Teatro Abril, em São Paulo, foram empossadas as novas diretorias da Associação Médica Brasileira e da Associação Paulista de Medicina. Eleuses Vieira de Paiva, que presidiu a AMB nas duas últimas gestões, transmitiu o cargo para José Luiz Gomes do Amaral (foto). Em sua fala, enfatizou a importância da parceria entre a AMB, o CFM e todas

as outras entidades médicas, posição também reafirmada pelo novo presidente da APM, Jorge Carlos Machado Curi. Durante a cerimônia, Eleuses de Paiva entregou ao deputado Rafael Guerra, presidente da Frente Parlamentar da Saúde, o Título de Sócio Benemérito da AMB, em nome de todo o sistema associativo brasileiro e também do CFM e da Fenam. A mesa diretora foi composta, dentre outras autoridades, pelo ministro dos Esportes, médico Agnelo Queiróz, o governador de São Paulo, o também médico Geraldo Alckmin Filho, e o prefeito paulistano José Serra. O Conselho de Medicina do Paraná esteve representado no evento.

Prêmio Amigo da Criança da OAB

A entrega do Prêmio Profissional Amigo da Criança, instituído pela Comissão da Criança e do Adolescente da OAB-PR, foi realizada no dia 9 de novembro, na sede da entidade, em Curitiba. A comenda é destinada a profissionais de quaisquer áreas que, durante o ano, tenham se destacado no trabalho de defesa dos direitos da infância e adolescência. Nesta primeira edição, a profissional homenageada foi a médica pediatra paranaense Luci Pfeiffer, uma das maiores especialistas brasileiras em estudos e prevenção da violência infanto-juvenil. Presidente do Departamento de Segurança e do Adolescente da Sociedade Paranaense de Pediatria, a Dra. Luci também integra o Grupo dos Direitos da Criança e do Adolescente (DEDICA), de trabalho multidisciplinar e que se reúne regularmente no Conselho de Medicina do Paraná e Sociedade de Pediatria. Na foto, a Dra. Luci recebe a placa alusiva das mãos do presidente da OAB-PR, Manoel Antonio de Oliveira Franco.



agenda 2006

•Março

27 de março a 1.º de abril

Curso Latino-americano de Neurocirurgia Pediátrica

Local: Rio de Janeiro (RJ)

Inf.: neuroped@oxfordeventos.com.br

•Maio

25 a 27

VIII Congresso Paranaense de Clínica Médica

V Congresso Paranaense de Medicina de Urgência

Local: Associação Médica do Paraná, em Curitiba (PR)

Inf.: (41) 3343-1451 ou prime@sbcmpr.com.br.

25 a 27

10.º Congresso Regional de Videocirurgia SOBRACIL-RJ

Local: Búzios (RJ)

Inf.: (21) 2541-9388 ou (11) 3141-0707, www.sobracilrj.com.br/congresso ou congresso@sobracilrj.com.br

•Junho

6 a 9

XV Congresso Brasileiro de Geriatria e Gerontologia

Local: Goiânia (GO)

Inf.: www.sbgg.org.br/cbgg2006

•Setembro

11 a 15

VI Congresso Panamericano de Controle de Infecções e Epidemiologia Hospitalar

X Congresso Brasileiro de Controle de Infecções e Epidemiologia Hospitalar

Local: Porto Alegre (RS)

Inf.: www.abih.org.br

•Outubro

22 a 27

XXXII Congresso Latino-Americano de Neurocirurgia

Local: Buenos Aires (Argentina)

Inf.: www.aanc.org.br

Medicina enlutada

O CRMPR comunica, com pesar, o falecimento recente dos seguintes médicos que exerciam ou exerceram a atividade em nosso Estado: **Dr. Fábio Andriani Maria** (CRM 18165), 30 anos, formado pela UFPR e especialista em oftalmologia, faleceu em 21/09; **Dr. Adão Silvio de Freitas** (2231), 75 anos, formado em 1960 pela UFPR, falecido em 28/09; **Dr. João Alfredo Duarte** (1839), 70 anos, formado pela UFPR em 1964 e que faleceu em 7/10; **Dr. José Cardoso De Azevedo** (1626), 77 anos, graduado em 1965 pela Federal e especialista em cirurgia plástica. Faleceu dia 8/10; **Dra. Sonia Regina de Finis Sobânia** (7864), 48 anos, formada pela UFPR em 1981 e especialista em medicina interna/clínica médica. Faleceu em 25/10; **Dr. Wilson de Souza Stori** (2203), 79 anos, formado em 1950 pela UFRJ. Faleceu em 26/10; **Dr. Francisco Pereira de Miranda Neto** (4626), 53 anos, formado em dezembro de 1975 pela UFPR e com especialização em cirurgia do aparelho digestivo, cirurgia geral, gastroenterologia, medicina do trabalho e proctologia. Faleceu em 1.º/11; **Dra. Mara Sandra Camacho Mazzarotto** (8724), 53 anos, formou-se em 1983 pela Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Faleceu em 1.º/11; **Dr. Rui Sloboda** (3109), 61 anos, formado pela PUCPR em 1971. Faleceu em 23/11; e **Dr. Luciano Marcos Mauad** (4918), 62 anos, formou-se em 1973 pela Fac. de Medicina de Itajubá. Faleceu em 1.º/12.

NOTAS

Anuidades de 2006

A Resolução n.º 1.773, do CFM, fixou os valores de anuidade de pessoa física e jurídica e de taxas para o exercício de 2006. A anuidade do médico será de R\$ 356,00 para ser paga até 31 de março, podendo ser reduzida em caso de antecipação. Para quitação até 31 de janeiro, o valor será de R\$ 338,20, ou R\$ 345,32 se pago até 28 de fevereiro. Quando da primeira inscrição, em qualquer CRM, o pagamento da anuidade será efetuado de forma proporcional ao número de meses e com desconto de 30%. Médicos que tenham completado 70 anos até a data do vencimento da anuidade estão isentos. A anuidade PJ será cobrada de acordo com as classes de capital social. O mínimo é de R\$ 378,00 para capital até R\$ 4.450,00 e o máximo de R\$ 6.771,00 para capital acima de R\$ 2,392 milhões. O pagamento até o final de janeiro permite desconto de 5%, ou 3% se até o final de fevereiro. Para as anuidades pessoa física ou jurídica está prevista multa de 2% e juros de 1% ao mês em caso de atraso.

Morre pioneiro contra tabagismo

A medicina perdeu um de seus pioneiros na luta contra o tabaco. O pneumologista e fisiologista José Rosemberg faleceu em São Paulo, em 24 de novembro. Especialista em doenças pulmonares e tuberculose, Rosemberg era membro da Comissão de Controle do Tabagismo, do CFM, e da Câmara Técnica do Programa Nacional do Controle de Tabagismo, ligado ao Instituto Nacional do Câncer. Presidiu durante décadas a Comissão de Combate ao Tabagismo da AMB e era presidente do Comitê Coordenador do Controle de Tabagismo no Brasil. Também colaborou com o Ministério da Saúde na formulação das políticas brasileiras de pneumologia sanitária e liderou pesquisas e campanhas para a erradicação da tuberculose.

Prescrição por enfermeiras

Médicos do Reino Unido condenaram a decisão do governo de dar a enfermeiras e farmacêuticos independentes o poder de prescrever medicamentos, exceto as drogas de uso controlado. A Associação Britânica de Medicina quer discutir a proposta com a Secretaria de Saúde, por considerar que profissionais que não são habilitados para diagnosticar doenças não podem prescrever com segurança o tratamento adequado. Há 6,1 mil enfermeiras habilitadas a prescrever a partir do livro de fórmulas farmacêuticas destinado à categoria, que contém 240 prescrições. O manual para farmacêuticos independentes ainda não foi lançado.

União das entidades

A sede da Delegacia Regional de Santo Antônio da Platina, recentemente inaugurada pelo CRM PR, poderá abrigar também as atividades da Associação Médica local. Pleito nesse sentido foi apresentado pelo presidente da Associação, Jorge Cendon Garrido, que também integra a Delegacia. Termo de cooperação está sendo avaliado e tem como principal justificativa o fortalecimento e união das entidades e dos médicos. O diretor regional de Santo Antônio, Júlio de Jesus Gonçalves Arruda, apresentou a proposta à Diretoria do Conselho.

Recesso

Nos dias 22 e 23 e 29 e 30 de dezembro, as atividades administrativas do Conselho em Curitiba serão cumpridas por equipes de plantão, permitindo aos funcionários usufruir de período maior às vésperas do Natal e Ano Novo. De qualquer modo, todos os serviços estarão disponíveis.

Novo concurso

O Conselho de Medicina vai realizar novo concurso público em 2006, para preenchimento de vagas na estrutura e também para reserva. Uma das funções previstas é a de médico fiscal. A coordenação do concurso caberá ao secretário-geral Donizetti Giamberardino Filho.

Proposta extinção do Exame da OAB

O deputado paranaense Max Rosenmann apresentou projeto de lei em que propõe a extinção do Exame de Ordem, exigência prevista na Lei n.º 8.906/94. No Brasil existem mais de 850 cursos de Direito, 85 deles no Paraná, que formam uma média de 11 mil bacharéis anualmente.

Videoconferência de Telepatologia



A última videoconferência de Telepatologia, realizada em 29 de novembro, reuniu no auditório da Santa Casa em Curitiba mais de 80 pessoas, entre residentes, estudantes e professores das faculdades de medicina da UFPR e PUCPR, além de um grupo de enfermeiras convidadas. A discussão anátomo-clínica, a partir da realização de autópsia, foi transmitida da Faculdade de Medicina da USP para Curitiba e também para Maringá, onde perto de 40 professores e estudantes acompanharam a aula no auditório da Delegacia Regional do CRM PR. A edição, que começou às 9h e terminou por volta de meio-dia, ainda teve a participação de estudantes de Marília (SP), que acompanharam os trabalhos no próprio Departamento de Telemedicina da USP. Graças ao convênio do Conselho de Medicina do Paraná, no primeiro semestre deste ano foram realizadas quatro videoconferências, número que se repetiu no segundo semestre. O CRM PR ainda está fazendo o planejamento de suas atividades de educação continuada para 2006.

Julgamento simulado discute erro médico

O julgamento simulado de um processo ético-disciplinar real avaliado pelo Conselho Regional de Medicina do Paraná (CRM PR) foi um dos pontos de destaque do 3.º Fórum de Defesa Profissional da Unimed, realizado durante o 44.º Congresso da Associação Médica de Londrina (AML) e I Congresso de Saúde do Paraná. O júri simulado ocorreu em 20 de novembro, no Centro de Eventos de Londrina, e contou com aproximadamente 70 participantes, que discutiram as implicações do erro médico, um tema que sempre desperta a atenção, sobretudo porque o número de denúncias e de condenações tem crescido. O secretário-geral do CRM PR, Donizetti Giamberardino Filho, presidiu a simulação e explicou qual o caminho percorrido por uma denúncia até se transformar em processo disciplinar. De acordo com o conselheiro José Luís de Oliveira Camargo, que está pesquisando o perfil do médico denunciado e infrator, a maior parte dos casos denunciados envolvem ginecologistas e obstetras. Outro fator preocupante é que mais de 40% dos médicos denunciados tem mais de 15 anos de profissão e 40% deles são especialistas. Os dados são preliminares mas, de acordo com Camargo, a pesquisa vai auxiliar no desenvolvimento de ações de reversão desse quadro.



Apoio para os médicos que iniciam atividade



O CRM PR vem implementando uma proposta de maior proximidade com os médicos que se iniciam na profissão, incluindo os residentes. Entre os objetivos, a melhoria da formação e do exercício da atividade. Reuniões têm sido realizadas tanto na sede do CRM como nos grandes hospitais da Capital, possibilitando a articulação de um grupo de trabalho para planejar ações de interesse da profissão. O conselheiro Alexandre Gustavo Bley está coordenando os encontros voltados a ouvir os jovens médicos e, também orientá-los quanto a aspectos éticos da atividade e despertá-los para estar mais próximos da entidade representativa e das grandes causas em defesa da Medicina. Uma das reuniões ocorreu na sede do Conselho em 24 de novembro. Na ocasião, o presidente do CRM, Hélcio Bertolozzi Soares, reforçou o apelo aos iniciantes da profissão para que se envolvam mais em iniciativas pela valorização profissional. O presidente ressalta a evolução do Conselho nos últimos 15 anos, que rompeu suas limitações cartoriais, como registros e julgamentos de médicos pelas denúncias recebidas. "Hoje o CRM quer ser também a ponte entre o médico e a sociedade e, para tanto, precisa do apoio da classe. Deste modo, almejamos que os médicos que estão se formando tenham efetivo envolvimento nos debates dos assuntos inerentes à profissão".

Reuniões com corpo clínico de hospitais

Além da proximidade com os jovens médicos, o Conselho vem realizando reuniões com o corpo clínico de hospitais da Grande Curitiba. O objetivo é estreitar a relação do CRM com as instituições e debater assuntos relativos ao exercício da medicina. Um dos encontros ocorreu dia 9 de novembro, na sede do Conselho, e envolveu membros do corpo clínico do Hospital São Vicente de Paulo, de Araucária. Aspectos relativos à Comissão de Ética Médica e o Regimento Interno estiveram em destaque na reunião, que teve a participação do presidente do Conselho e também membros do Departamento de Fiscalização do Exercício Profissional.

Mostra “Poemas em Pratos Limpos”

historia autores paranaenses



Exposição inusitada da artista plástica Maria Helena Saparolli encerra atividades culturais no CRMPR

A mostra “Poemas em Pratos Limpos” é o último atrativo do Espaço Cultural CRMPR em 2005 e permanecerá em cartaz até 30 de dezembro, de segunda a sexta-feira, das 14 às 18h. A exposição traz textos de renomados compositores e escritores paranaenses em pratos de vidro esculpido pela artista plástica paranaense Maria Helena Saparolli. Alice Ruiz, Etel Frota, Helena Kolody, Lydio Roberto, Zeca Corrêa Leite,

Chloris Justen, José Oliva, Reinaldo Godinho, Rosy Greca e Mara Fontoura são alguns dos poetas homenageados nas obras.

Trazer para o cotidiano o objeto “prato” aliado à arte do poeta e do artista, alimentando-o com cores, formas e versos e divulgando assim, de maneira não usual, a poesia do Paraná. É esta a proposta da artista para a inédita mostra, que teve a sua inauguração em 22 de novembro. A vernissage foi prestigiada por vários artistas e críticos de arte, além de alguns autores de poesias associadas às obras: Mara Fontoura, Lydio Roberto, D. Chloris Justen, Zeca Corrêa Leite e José Oliva. Lydio deu um “toque” especial à noite festiva com homenagem à colega, cantando diversas músicas de sua autoria e que estão retratadas nos pratos expostos.

“Este é um trabalho completamente diverso do que venho fazendo e é muito importante poder contar com parceiros tão especiais”, manifestou-se Maria Helena Saparolli. Na vernissage, além do conjunto de mais de 40 obras expostas, os mais de 100 convidados presentes tiveram acesso a um videoclipe de exibição contínua com imagens da artista e suas obras.

A artista conta que a idéia

nasceu do gosto em escrever trechos de poemas e/ou músicas em guardanapos ou pedaços de papel, sob estímulo do que vinha à mente. Daí para novos suportes foi um pulo. Afinal, Maria Helena já trabalhava com cerâmica e vidro em suas esculturas e objetos. “Quando trabalhei em *sousplats*, essa mesma idéia deu gosto de ver as pessoas rodando o prato na mesa para ver o que tinha escrito”, conta.

“Os pratos, objetos comuns do nosso cotidiano aqui aumentados de tamanho e emoldurados, expressam sua unicidade por marcas, gestos, versos, detalhes impressos pela mão da artista e pela beleza conferida na passagem pelo forno”, explica. Maria Helena diz que “a fusão do vidro e das cores traz as marcas da queima que molda o objeto e fixa seu conteúdo—os versos. É um processo que cria forma sem outra igual”.

O projeto “Poemas em Pratos Limpos”, participante da Lei Municipal de Incentivo Fiscal à Cultura e também com incentivo da Siemens, tem a participação de vários poetas e compositores do Estado. Maria Helena conta que o projeto final terá um total de 110 obras, sendo que apenas parte delas está exposta no Espaço Cultural do Conselho.

A artista

Formada pela Faculdade de Artes do Paraná em 1984, Maria Helena Saparolli atualmente é orientadora de cerâmica e vidro no Atelier de Escultura da Fundação Cultural de Curitiba (FCC). Desenvolve suas obras em atelier próprio criado em 89 e também no Atelier de Escultura da FCC. A artista plástica já apresentou seus trabalhos em diversas exposições pelo país, tais como uma mostra coletiva de artistas no MASP (SP), em 2003; uma



Maria Helena Saparolli em seu ateliê: no trabalho criativo com pratos, fusão de vidro e cores. Mostra no Conselho reúne 40 obras.

individual de esculturas na Galeria Municipal de Arte Victor Kurasancew, em Joinville (SC); e do XIII Salão de Cerâmica do Rio Grande do Sul. Além disso, Maria Helena participou de mais de 20

exposições no Paraná e tem seis de suas obras expostas em espaços públicos, tais como no Memorial de Curitiba, Estação Embratel Convention Center e Museu Oscar Niemeyer.

Exposições em 2005

A exposição “*elas.artes.crmpr*” foi inaugurada em 2 de dezembro de 2004 e ficou aberta à visitação pública até 11 de fevereiro de 2005. A mostra eclética de artistas paranaenses foi uma coletiva de trabalhos de Denise Coelho, Estela Sandrini, Guilmar Silva, Maria Ivone Bergamini Vannuchi e Mazé Mendes. Desenhos, gravuras, pinturas e cerâmicas das cinco artistas paranaenses embelezaram o Espaço Cultural CRMPR.

A mostra “*5 Expressões*”, coletiva envolvendo pinturas, cerâmicas e esculturas, ficou aberta de 3 de março a 15 de abril. A coletiva trouxe trabalhos ecléticos dos artistas Antônio Osny Preuss, Celso Setogutte, Karimi Abdalla Preuss, Maria de Francisco e Maria Luiza Moleri Kozicki.

A mostra “*Paul Garfunkel*”, em homenagem ao artista plástico reconhecido como um dos maiores expoentes do impressionismo no Paraná, ficou aberta de 12 de maio a 29 de julho. A exposição inédita reuniu obras que integram acervos públicos, de colecionadores e da família, principalmente. Além de aquarelas e pinturas, algumas nunca antes exibidas publicamente, foram selecionados documentos, fotos, objetos e cadernos em que Garfunkel fazia seus desenhos.

O Conselho de Medicina abriu o Espaço Cultural CRMPR para nova mostra coletiva no segundo semestre. Foram reunidas obras dos artistas Domingos Valeski (fotografia), Marly Willer (cerâmica) e Mirna de Oliveira (técnica mista de colagem e tinta). A mostra denominada “*Três Linguagens*” esteve aberta à visitação de 18 de agosto a 12 de outubro.



Vernissage teve participação de poetas que ilustram os trabalhos e exibição musical e videoclipe. Atrativo ficará à visitação até 30 de dezembro.